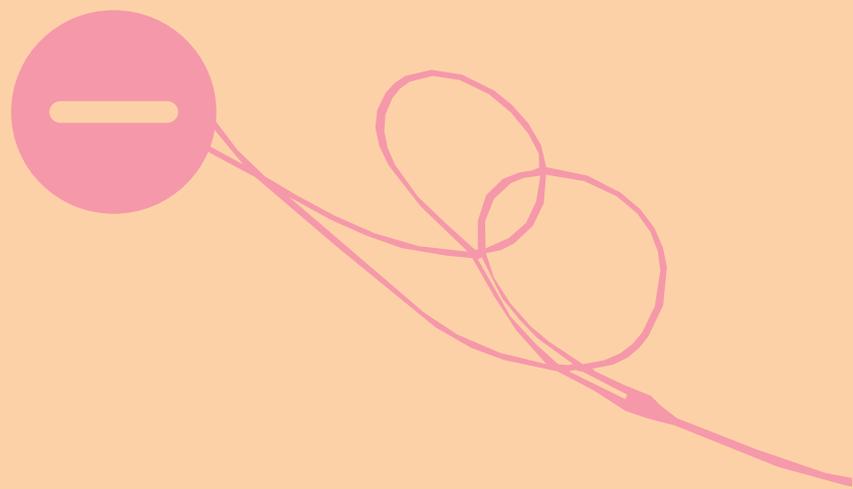


Mais com Menos
Relatório de Gestão e Contas 2005



Indicadores Principais no verso

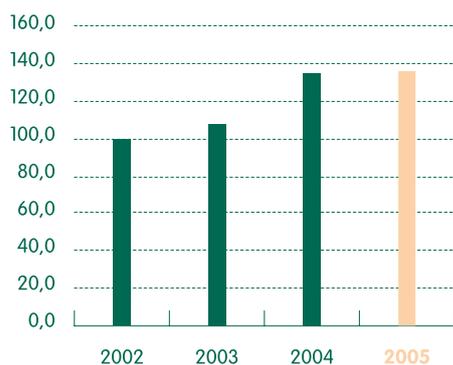


Indicadores Consolidados

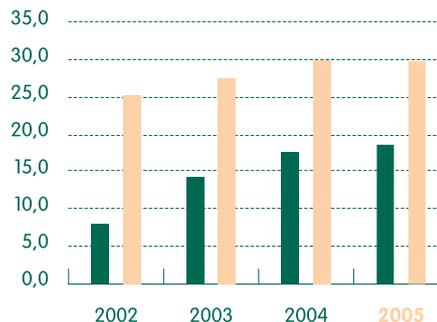
[m.EURO]	2005	2004
Volume de Negócios	193 512	190 879
Resultados Operacionais	35 212	32 600
Resultados Correntes	30 693	27 902
Resultados Extraordinários	0	0
Resultados Líquidos	28 995	20 975
Cash-Flow	51 074	45 298
Cash-Flow Operacional	57 291	56 922

[m.EURO]	2005	2004
Activo Líquido	360 136	259 024
Capitais Próprios	122 064	76 237
Passivo Financeiro	157 881	128 396
Rotação de Activo	1,3	1,5
Cobertura de Juros	7,2	15,3
EBITDA / Vendas	29,6%	29,8%
EBIT / Vendas	18,2%	17,1%
ROE	23,8%	27,5%
Número de Colaboradores	1 038	1 094
Vendas / Colaborador	186,4	174,5

Vendas per Capita [m. EURO] Base 100=2002

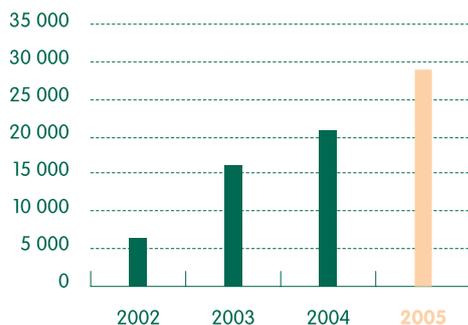


EBIT's / Vendas [%]

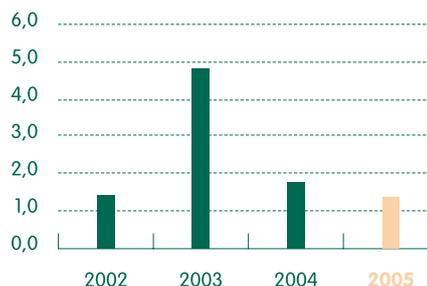


■ EBIT/Vendas ■ EBITDA/Vendas

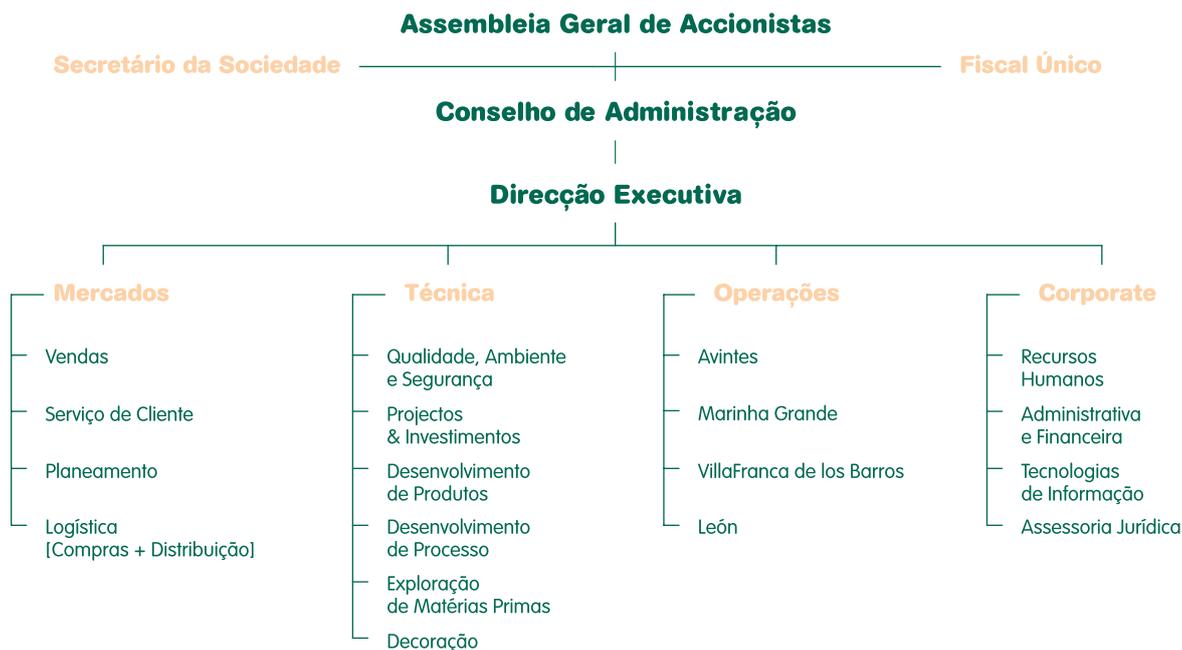
Resultados Líquidos Consolidados [m. EURO]



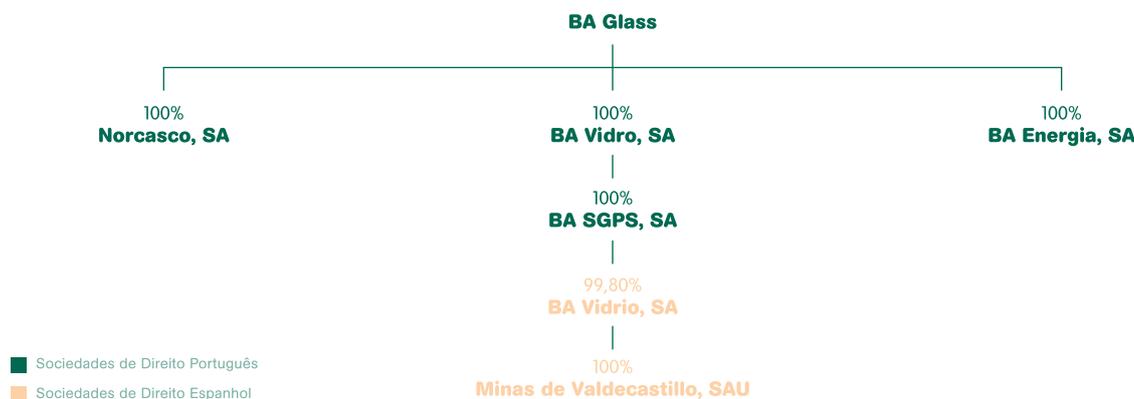
Passivo Financeiro / Capitais Próprios



Organograma



Grupo BA Glass [em 31.12.2005]



Orgãos Sociais

Conselho de Administração

Carlos António Rocha Moreira da Silva (Presidente)
 Jorge Alexandre Tavares Ferreira
 Francisco José Mestre Mira da Silva Domingues
 José Pedro de Araújo Lopes
 Mário Pereira Pinto

Administradores Executivos das Associadas

Jorge Alexandre Tavares Ferreira
 José Pedro de Araújo Lopes
 Alfredo José de Lacerda Pereira

Administradores Não Executivos das Associadas

Álvaro Cuervo García
 António Vásquez Cardeñosa
 José Ignacio Comenge

Mesa da Assembleia Geral

Mário Júlio Montalvão Machado (Presidente)
 Eduardo Verde Pinho (Secretário)

Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, SA
 Representada por João Carlos Miguel Alves
 [ROC n.º 896]

Secretário da Sociedade

Rita Mestre Mira da Silva Domingues

Secretário da Associada BA Vidrio

Efrén Villán Sánchez

Audidores Externos

Ernst & Young

Direcção Executiva das Associadas

Jorge Alexandre Tavares Ferreira
 José Pedro de Araújo Lopes
 Alfredo José de Lacerda Pereira
 Jaime Correia da Silva Cecílio

Directores

Ana Cristina Gonçalves
 António Magalhães
 António Sá Couto
 Eliezer Angulo
 Fernando Amilívia
 Luís Cardoso
 Pedro Correia
 Rafael Corzo
 Sandra Maria Santos
 Vitor Matoso

Keeping **Emotions** with Ideas

Mais com Menos
Relatório de Gestão e Contas 2005

>>>



Vendas
Criatividade
Sustentabilidade
Resultados



BA Vidro, SA

Avenida Vasco da Gama, 8001
4434-508 Avintes · Portugal
Tel. +351.22.7860500 Fax +351.22.7860501
www.bavidros.com mail: bavidros@bavidros.com

Escritório de Lisboa

Rua Marquês de Fronteira, 8, 4º
Apartado 1062, 1070-296 Lisboa · Portugal
Tel. +351.21.3826070 Fax +351.21.3826071
mail: comercial@bavidros.com

Instalações Fabris

Fábrica de Avintes

Avenida Vasco da Gama, 8001
4434-508 Avintes · Portugal
Tel. +351.22.7860500 Fax +351.22.7860501
mail: baav@bavidros.com

Fábrica da Marinha Grande

Travessa da Liberdade
2431-953 Marinha Grande
Tel. +351.244.575200 Fax +351.244.575201
mail: bamg@bavidros.com

BA Vidrio, SA

Fábrica de Villafranca

Polígono Industrial "Los Varales", s/n
06220 Villafranca de los Barros [Badajoz] · Espanha
Tel. +34.924.527812 Fax +34.924.527813
mail: bavfb@bavidros.com

Fábrica de León

Carretera de Zamora, Km 6
Apartado 368, 24080 León · Espanha
Tel. +34.987.204800 Fax +34.987.212459
mail: bale@bavidros.com

Delegações

Delegação de Madrid

C/ Alberto Alcocer, 8, 6ªA
28036 Madrid · Espanha
Tel. +34.91.4583680 Fax +34.91.4583675
mail: sjuan.ba@ctv.es

Delegação de Barcelona

Avda. Conde de Urgel, 204-208, 1ºC
Edifício Manhattan, 08036 Barcelona · Espanha
Tel. +34.93.3637333 Fax +34.93.3637332
mail: jalopez.ba@ctv.es

Delegação Norte

Avda. del Pilar, 1, 1ºDtcha
26500 Calahorra, La Rioja · Espanha
Tel. +34.941.136573 Fax +34.941.136569

Delegação Levante

Paseo de Levante, 16
30500 Molina de Segura, Murcia · Espanha
Tel. +34.968.641073 Fax +34.968.642574





Índice

12	Relatório do Conselho de Administração	>>>
14	Introdução	
15	Actividade Comercial	
16	Actividade Industrial	
17	Investimentos	
18	Recursos Humanos	
19	Inovação e Desenvolvimento	
20	Resultados	
21	Análise Patrimonial e Financeira	
21	Perspectivas	
22	Agradecimentos	
22	Aplicação de Resultados	
23	Anexo ao Relatório do Conselho de Administração	
..	
24	Demonstrações Financeiras	
26	Balanço Consolidado	
27	Demonstração Consolidada dos Resultados	
28	Demonstração das Alterações no Capital Próprio	
29	Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	
29	Anexo à Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	
30	Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	
..	
52	Certificação Legal das Contas	
54	Certificação Legal das Contas Consolidadas	
56	Relatório e Parecer do Fiscal Único	



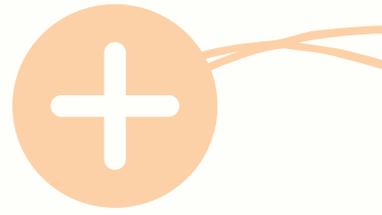


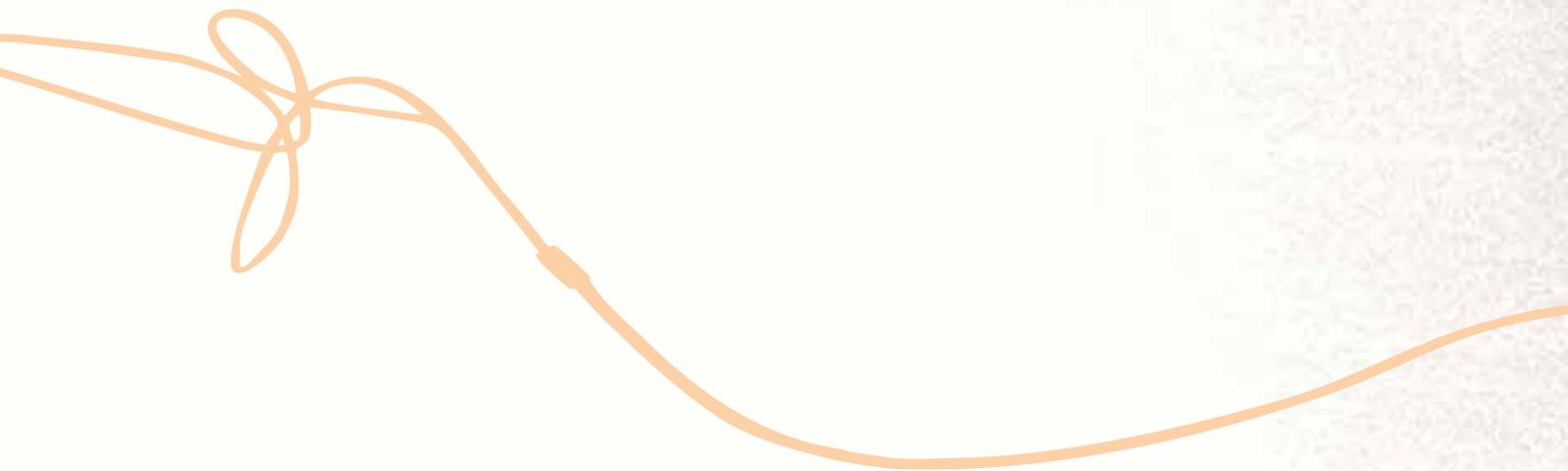


Mais Higiene com Menos Risco

A BA trabalha 8760 horas por ano para garantir que as embalagens produzidas oferecem aos clientes a segurança necessária para embalar os seus alimentos. A fábrica da Marinha Grande viu este ano reconhecido o trabalho desenvolvido na área da segurança alimentar tendo-lhe sido atribuída a certificação HACCP de acordo com o "Codex Alimentarius"!

E tudo porque a embalagem é também a "pele" do produto alimentar!





Mais Criatividade com Menos Custos

A competitividade das empresas mede-se pela sua capacidade em, respondendo às necessidades dos seus clientes, produzir ao menor custo. A capacidade para o conseguir não se encontra apenas nas mãos do corpo de gestão da empresa. Ela é o resultado da criatividade e capacidade de inovação de todos os que nela trabalham.

Porque a rotina diária inibe muitas vezes a inovação, implementamos o Prémio de Sugestões que premeia a criatividade dos nossos colaboradores.

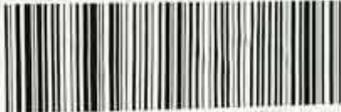
Aqui estão os vencedores de 2005!

1793P151VRA20

Line	0106010117	Parcel	016906032461				
Batch		Parcel					
Date	2006.01.21	Turno	8	Locks	69	Quantity	1218
Year		Shift		Line		Cartons	

Coliga Client
Coliga Client
Customer Code

Descrição BA
75 cl Porto Leve
Descrição BA
BA Descrição



181150647044022415014306010117



181150647044022415014306010117

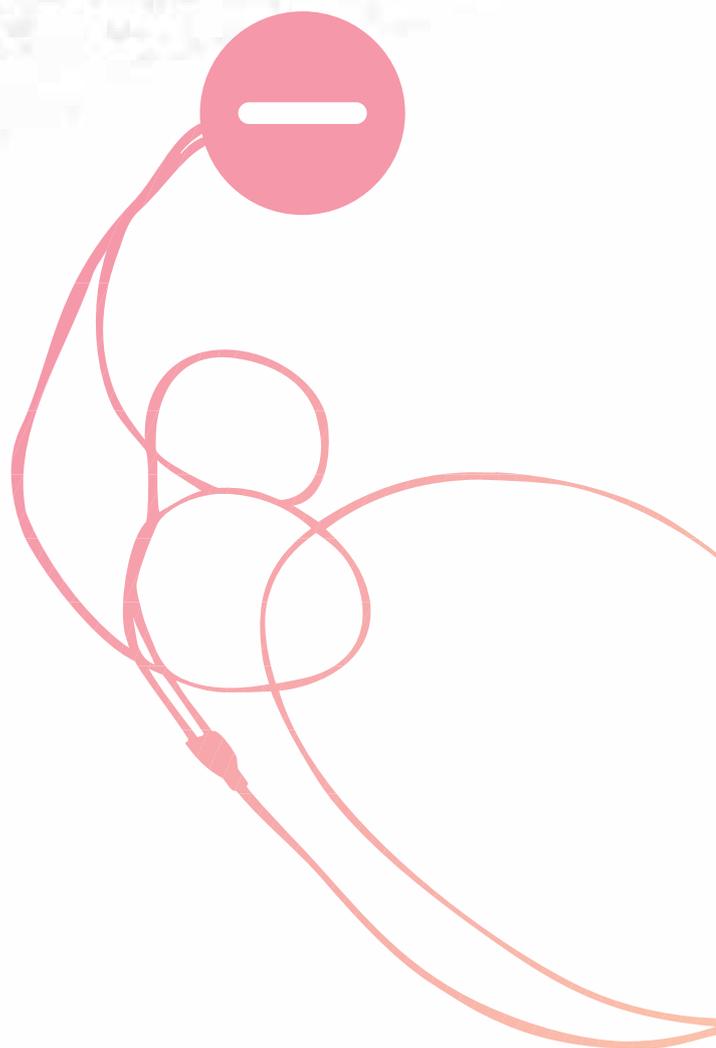




Mais Tecnologia com Menos Ineficiências

A BA desenvolve com os seus clientes modelos de cooperação que lhe permite intervir na cadeia de fornecimento, otimizando os recursos, reduzindo os custos e minimizando as ineficiências. O uso de tecnologia é uma parte fundamental na proximidade ao cliente e no combate às falhas dos processos.

A BA aposta fortemente na tecnologia como garante da maximização da cadeia de valor. Do desenvolvimento do produto à logística a nossa preocupação é criar vantagens competitivas que sirvam os nossos clientes.



Introdução

Actividade Comercial

Actividade Industrial

Investimentos

Recursos Humanos

Inovação e Desenvolvimento

Resultados

Análise Patrimonial e Financeira

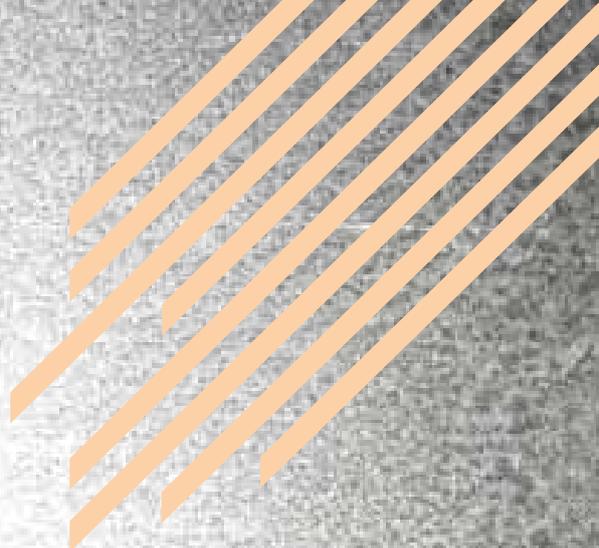
Perspectivas

Agradecimentos

Aplicação de Resultados

.....

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração



Relatório do Conselho de Administração Consolidado

BA Glass I
Serviços de Gestão e Investimentos, SA

>>>



Introdução

Senhores accionistas,

Em cumprimento da Lei e dos Estatutos da Sociedade vimos apresentar a V. Ex^{as}. o Relatório e Contas Consolidadas referentes ao exercício de 2005.

O ano de 2005 foi, para a economia Ibérica, mais um ano marcado pela evolução divergente nos dois países que a compõem: o Produto Interno Bruto em Portugal cresceu apenas 0,5% contra os 3,0% de Espanha. As duas economias sentiram pressões inflacionistas diferentes com Portugal a terminar nos 2,3% e Espanha nos 3,7%.

A volatilidade do Dólar que em 2005 chegou a atingir 1,35 \$/ no início do ano e fechou a 1,18 \$/ e a subida do petróleo que atingiu os \$70 por barril foram os factos mais marcantes do desenvolvimento da economia Europeia.

Consistente com a volatilidade da envolvente macro-económica, o sector da embalagem de vidro teve um desempenho irregular ao longo do ano, com um início do ano de fraca procura – em linha de continuidade com o final de 2004 – e um crescimento na segunda metade do ano. Globalmente estima-se que o sector terá tido um crescimento de 1,0% na Península Ibérica.

Este crescimento não tem a mesma força nos dois países, tendo-se assistido em Espanha a uma estagnação e em Portugal a um crescimento de cerca de 5,0%. O aumento de vendas em Portugal está muito associado ao desenvolvimento das exportações para Angola de alguns dos clientes da BA.

Neste contexto sectorial, o grupo teve um desempenho positivo com vendas consolidadas do exercício de 193,5 milhões de euros, o que, relativamente ao ano anterior, representa um crescimento de cerca de 1,4%.

Durante o exercício, inserida na política de melhoria permanente que tem vindo a ser seguida nos últimos anos, o grupo teve como prioridade a eficiência produtiva, a poupança energética e a inovação, tendo para o efeito concretizado uma série de medidas, umas mais transversais e outras mais focalizadas em pontos críticos do processo produtivo.

No domínio energético, onde se assistiram a aumentos dos preços dos factores (energia eléctrica e gás natural) deu-se continuidade e amplitude ao controlo diário de consumos, já que esta ameaça de subidas de preço exógenas será uma realidade em 2006.

No domínio da inovação, a estratégia que tem vindo a ser seguida do reforço da capacidade de desenvolvimento do produto, permitiu melhorar a resposta às necessidades dos nossos clientes, trabalhando em conjunto na concepção de novas embalagens.

No domínio das relações laborais, em Portugal, decorre a negociação de um Acordo de Empresa e em Espanha, na fábrica de Villafranca de los Barros deu-se início à negociação do primeiro convénio.

O esforço continuado de inovação dos processos, o investimento recorrente nas mais recentes tecnologias e a permanente busca das soluções operacionais mais eficazes, permitiu melhorar a produtividade da mão-de-obra em mais 6,4% e a rentabilidade operacional: o cash-flow operacional (EBITDA) atingiu 57,3 milhões de euros e o resultado operacional (EBIT) 35,2 milhões de euros, valores superiores aos de 2004 em 0,6% e 8,0%, respectivamente.

Na estrutura patrimonial que apresenta um activo líquido de 360 milhões de euros e um endividamento financeiro de 176 milhões de euros, é de salientar a redução do valor das existências para 26,7 milhões de euros.

Como reflexo final de todos os factos acima identificados, e do reconhecimento do imposto diferido referente a benefícios fiscais, os resultados líquidos consolidados ascenderam a 29,0 milhões de euros, o que representa um aumento de 38,2% em relação ao ano anterior.

Em sede ambiental, o grupo efectuou grandes progressos, tendo obtido não só a renovação da certificação ambiental da fábrica da Marinha Grande e Avintes, como certificou a fábrica de Villafranca de los Barros, continuando a trabalhar no processo de certificação de León que deverá ocorrer em 2006.

A certificação de qualidade integrada das suas quatro unidades produtivas segundo a norma ISO 9001:2000, foi renovada e a fábrica da Marinha Grande obteve a certificação do processo de gestão da segurança alimentar, segundo o “Codex Alimentarius”, usando a metodologia do HACCP – Hazard Analysis & Critical Control Points.

Na sequência de decisões e práticas de anos anteriores, decidiu-se este ano continuar a integrar nesta publicação um Relatório de Sustentabilidade onde se retrata a visão do grupo e se descrevem os seus sistemas de gestão, com ênfase na responsabilidade social, na responsabilidade ambiental e no governo da sociedade, assim como os seus respectivos desempenhos.

O grupo ou as suas associadas são membros da AIVE – Associação dos Industriais de Vidro de Embalagem, da ANFEVI – Asociación Nacional de Empresas de Fabricación Automática de Envases de Vidrio e da FEVE – Fédération Européenne du Verre d’Emballage, tendo-se mantido empenhado nas actividades destas associações, com particular destaque na promoção do vidro como material de embalagem e no acompanhamento de iniciativas legislativas nacionais e comunitárias.

Por fim, refira-se que a empresa mãe alterou a sua denominação social, passando a sua designação a ser “BA Glass I – Serviços de Gestão e Investimentos, SA”, e a empresa portuguesa “BA – Fábrica de Vidros Barbosa & Almeida, SA” passou a denominar-se “BA Vidro, SA”.

Actividade Comercial

A BA conseguiu no exercício de 2005 uma boa performance no mercado, tendo vendido toda a sua produção e, através de um posicionamento activo, buscou segmentos mais rentáveis, melhorando o valor das suas vendas.

O ano de 2005 foi marcado pela diminuição da capacidade de produção, fruto da reparação do maior forno da Marinha Grande.

Apesar disso, as vendas consolidadas atingiram 193,5 milhões de euros, o que representou um aumento de 1,4% em relação ao exercício anterior.

O mercado na Península Ibérica teve um crescimento muito pequeno (1,0%), sobretudo por influência de um crescimento negativo em Espanha nos segmentos de cervejas e refrescantes.

Em Portugal, o mercado registou um comportamento muito positivo, sobretudo tendo em conta que já o ano de 2004 tinha sido um ano de crescimento. Curiosamente, são os mesmos segmentos que em Espanha tiveram um comportamento negativo, que justificam o crescimento de mercado em Portugal.

No global, o segmento das bebidas refrescantes continua a ser aquele onde o vidro é mais penalizado, tendo os restantes segmentos tido crescimentos dentro do esperado.

A exportação diminuiu conforme estava previsto, fruto da escassez da oferta e do ligeiro crescimento do mercado Ibérico.

Com a diminuição da exportação, a distribuição geográfica das vendas reforçou o peso da Península Ibérica, tendo em 2005 Espanha representado 63,0% das vendas e Portugal 33,0%.

A estrutura por segmento das vendas em 2005 manteve-se estável, com um ligeiro reforço dos segmentos Alimentar e Azeites, que continua a ser o principal segmento com 27,0% das toneladas vendidas. Em contrapartida, as Cervejas e os Espirituosos perderam posição.

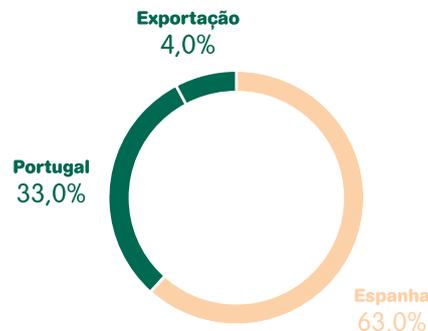
Os preços médios de venda registaram um ligeiro aumento, sobretudo fruto de um esforço de melhoria do mix de venda. A subida registada só compensa em parte a forte subida dos custos que a BA sofreu ao longo do ano, com especial incidência nos custos energéticos no segundo semestre.

Com a paragem do maior forno da Marinha Grande, e a conseqüente diminuição da disponibilidade de produção, os stocks voltaram a diminuir para níveis históricos. Este facto exigiu das operações e do planeamento da produção um esforço suplementar para não diminuir a qualidade de serviço.

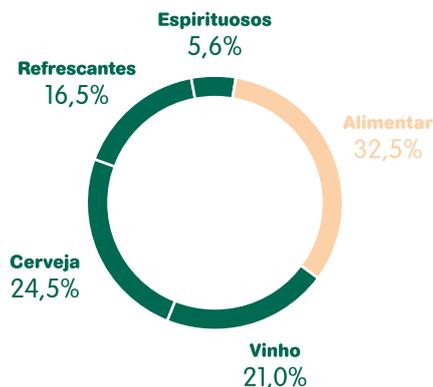
Como habitualmente, realizou-se um inquérito para avaliar o nível de satisfação dos clientes e é com agrado que se registou uma melhoria da percepção da qualidade do produto e serviço prestado pela BA ao mercado.

A BA esforça-se por entender as necessidades únicas e específicas dos seus clientes e é para lhes dar uma resposta criativa e competitiva que trabalha. Em 2006 continuar-se-ão a desenvolver os modelos de cooperação com os nossos principais clientes.

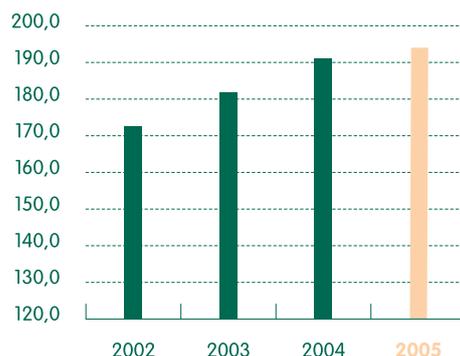
Mercados > Vendas 2005 [m. EURO]



Segmento > Vendas 2005 [m. EURO]

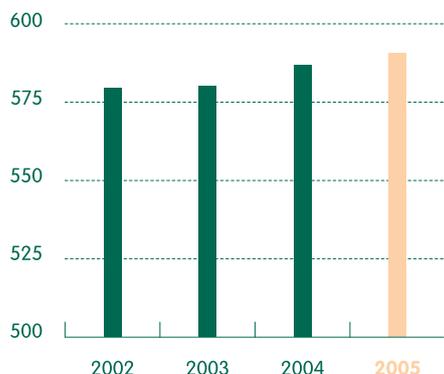


Volume de Negócios > Evolução [M. EURO]



Actividade Industrial

Produção Útil [1000 Ton]



No decorrer de 2005 foi dada particular atenção às medidas de racionalização do consumo de energia, dado o aumento brutal do seu custo unitário, tanto na energia eléctrica, como no gás natural, sem descurar os aumentos de produtividade e da qualidade do produto final, factores chave do sucesso das fábricas.

Na fábrica de Avintes foram concluídas várias acções no sentido de consolidar as condições de operação. Destacam-se, a automatização da recolha de dados do Plano de Conservação de Energia, a actualização do sistema automático de controlo dos compressores de média pressão, a optimização da tiragem, e a automatização da etiquetagem das paletes de produto acabado, para além do lançamento de um programa de reorganização da manutenção industrial, com recurso a técnicas actuais de manutenção preditiva e análise de falhas.

A necessidade de aumentar a rapidez da resposta aos pedidos dos clientes, com um nível de stocks baixo, provocou o aumento do número de mudanças de cor e de mudanças de fabrico, que tiveram como consequência directa perdas de rendimento.

Na Marinha Grande, toda a estrutura esteve profundamente envolvida no projecto de reconstrução do Forno C, concluído no prazo previsto e cujo arranque se processou dentro do esperado.

A introdução de tecnologias de ponta na fabricação, quer em equipamentos, quer em processos, foi assegurada com programas de formação intensivos, além de uma reestruturação organizativa que permitiu a adequação à nova realidade industrial.

Conforme previsto, esta fábrica obteve a certificação do processo de gestão da segurança alimentar, segundo o "Codex Alimentarius", usando a metodologia HACCP – Hazard Analysis & Critical Control Points.

Na fábrica de Villafranca de los Barros trabalhou-se, com sucesso, na manutenção dos elevados índices de qualidade.

Com recurso a um programa de benchmarking com uma fábrica da Owens Illinois, foi preparado e está em curso um plano de acção que visa atingir aumentos de rendimento, com particular destaque para o uso de controlo estatístico do processo (CEP), cujos benefícios se deverão começar a fazer sentir no decorrer do primeiro trimestre de 2006.

Também aqui, a preocupação com a redução do consumo de energia teve concretização num conjunto de investimentos dos quais se destaca a montagem de um sistema automático de controlo dos ventiladores das máquinas de produção.

Em León, os bons resultados obtidos confirmam a justeza das medidas tomadas e os investimentos efectuados ao longo dos últimos anos, sendo de destacar o rendimento da fábrica e o índice de reclamações, que atingiram recordes históricos.

Um plano de investimentos criterioso permitiu corrigir algumas deficiências, assinalando-se, pela sua importância, a total renovação do parque de compressores e da rede de distribuição de ar comprimido de média pressão, concretizada com o duplo objectivo de reduzir o consumo energético e de permitir aumentos de produtividade.

No grupo, e durante uma boa parte do ano, trabalhou-

se na integração no sistema de gestão dos sub-sistemas de qualidade, ambiente e segurança, consolidando o modelo de gestão da BA que incorpora, de uma forma integrada, todos os sub-sistemas, a que, quer por imposição legal quer por opção, o grupo adoptou.

Globalmente, e seguindo a orientação estratégica de melhoria do desempenho operacional, continuou-se com as alterações de processos organizativos, apoiadas em processos de benchmarking interno e externo, com a adopção das melhores práticas e com a análise e monitorização dos processos críticos.

Os processos de melhoria operacional têm o seu reflexo no reforço da produtividade: no caso da mão-de-obra, a melhoria foi de 6,4% em relação a 2004; no caso da produtividade do capital, a rotação dos activos diminuiu 14,6% fruto dos fortes investimentos realizados.

No domínio das matérias-primas assistiu-se a ganhos de eficiência na composição do vidro que, associados à racionalização do seu aprovisionamento, permitiram uma redução do peso relativo na estrutura de custos, apesar do grande aumento de preço a que esteve sujeito o carbonato de sódio.

A factura energética foi, durante o ano de 2005, muito superior à de 2004, fruto quer do aumento da energia eléctrica quer do gás natural.

Ainda referente à energia, merece ser sublinhado o descontentamento com o nível de serviço da distribuição eléctrica em Portugal, que continua desadequado às exigências produtivas de um sector exportador que se quer competitivo; registaram-se 49 cortes ou micro-cortes nas quatro fábricas Ibéricas, dos quais 41 nas duas fábricas portuguesas.

O programa de gestão da embalagem retornável, já iniciado em 2004, contribuiu decisivamente para a melhoria da margem bruta.

Ainda no domínio da logística, intensificaram-se algumas parcerias com fornecedores no sentido de fortalecer a confiança recíproca e viabilizar ganhos de eficiência ao longo da cadeia de abastecimento.

Em relação às associadas merece destaque o excelente desempenho operacional de Minas de Valdecastillo que explora uma jazida de sílica na Província de León, assim como da Norcasco que se dedica ao tratamento de vidro reciclado para posterior incorporação na composição de matérias-primas.

A unidade de cogeração da Marinha Grande continuou a trabalhar apenas em horas de ponta, fruto da relação dos preços de fuel com o da energia eléctrica.

A Herdade da Charneca (Alentejo), onde se projecta a exploração de areias continua na fase de licenciamento.

O volume de investimentos corpóreos consolidados atingiu 24,0 milhões de euros, dos quais 2,0 milhões na unidade de Avintes, 19,1 milhões na unidade da Marinha Grande, 0,5 milhões na unidade de Villafranca de los Barros e 2,1 milhões na unidade de León.

O principal destino dos investimentos foi para a renovação do forno C da Marinha Grande, com um valor global de investimento entre 2004 e 2005 de cerca de 25,1 milhões. Esta reparação foi o início dum ciclo de modernização desta fábrica, utilizando as melhores tecnologias disponíveis, melhorando a sua rentabilidade, produtividade e qualidade dos artigos aí produzidos e que terá continuação com a substituição do forno B em 2007.

Respondendo às solicitações do mercado, foi também aumentada a capacidade de aplicação de etiquetas, com a aquisição de uma nova máquina para a fábrica da Marinha Grande.

Este foi um ano de grandes preocupações com os consumos energéticos, dada a escalada do seu custo, tendo sido uma área de alguns investimentos em sistemas de monitorização e controlo, bem como em equipamentos energeticamente mais eficientes.

A continuação do programa de melhoria contínua da qualidade dos artigos produzidos, respondendo à exigência crescente dos clientes, exigiu investimentos nesta área, com principal incidência na fábrica de León.

O investimento em tecnologias de informação, no valor de 141,6 mil euros, insere-se numa política de renovação permanente do sistema de informação, como instrumento de melhoria de processos de suporte e de veículo impulsor de inovação no relacionamento com os clientes.

As áreas de segurança e ambiente também foram acompanhadas por investimentos que permitiram cumprir os objectivos a que o grupo BA se propôs.

Recursos Humanos

A satisfação dos colaboradores é um dos três pilares da visão da BA. No ano de 2005, a BA desenvolveu acções no sentido de dar resposta a alguns dos pontos menos positivos identificados no diagnóstico do clima social realizado em 2004, designadamente em áreas como a avaliação de desempenho, o desenvolvimento de carreira e a comunicação interna. E porque se acredita que o benchmarking é uma das melhores ferramentas para desenvolver uma organização, desenvolveram-se alguns contactos com outras empresas, de sectores bem distintos, no sentido de encontrar práticas de referência na área dos recursos humanos.

Como aspecto relevante do ano de 2005 cabe o sucesso nas negociações do convénio da fábrica de León que regulará as relações laborais até final de 2008. É de destacar a generalização da atribuição de um prémio variável a todos os colaboradores da fábrica, na mesma linha do que já ocorre nas outras três fábricas do grupo, onde a BA aplica já políticas de remuneração baseadas na participação individual e colectiva e na partilha de riqueza, através de prémios por objectivos.

O mesmo sucesso não foi conseguido nas negociações do Acordo de Empresa feitas em Portugal com as organizações sindicais na empresa, pelo que a BA continuará a negociar com todo o empenho até ser atingido um acordo.

Na fábrica de Villafranca de los Barros deu-se início à primeira negociação de um convénio laboral para a fábrica, que está a decorrer com bom ritmo.

A comunicação interna tem sido o instrumento usado pela BA para difundir uma cultura muito própria de transparência e envolvimento de todos os colaboradores nos objectivos e valores da empresa. Desta forma, durante 2005 consolidaram-se e reforçaram-se os momentos de comunicação, com a:

- › Realização da “DEXEC à conversa com...” nas fábricas de Avintes e Villafranca de los Barros;
- › Publicação trimestral da newsletter, que em Janeiro de 2006 completa dois anos de existência;
- › Comunicação com os filhos dos colaboradores através de carta e o envio de postais de aniversário a todos os colaboradores;
- › Realização do encontro anual de quadros em Évora;
- › Comunicações trimestrais de resultados e outros momentos mais ou menos informais.

Durante o ano de 2006 será lançado o portal interno da BA e um novo programa de sugestões mais abrangente, e desenvolver-se-ão outras acções de aproximação à família dos colaboradores.

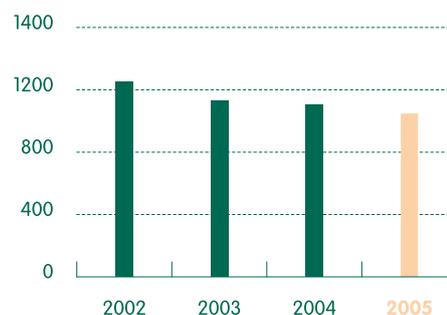
O ano de 2005 foi, ainda, o ano de revisão dos processos de avaliação de desempenho e desenvolvimento de carreira, com o objectivo de melhorar a sua eficácia.

O investimento em formação profissional ascendeu a cerca de 25.380 horas de formação realizadas ao longo de 2005, e que significaram em média 25 horas de formação por colaborador, onde se destacou a formação em áreas técnicas (80%), situação normal numa indústria onde predominam as exigências tecnológicas. Em 2005, foi realizado internamente um jogo de gestão, em parceria com o IPAM, em que participaram todos os quadros da empresa. Os resultados foram divulgados no Encontro de Quadros.

O absentismo registou um valor de 4,1%, o que representa uma redução de 0,6 p.p. em relação ao ano anterior. É de realçar a redução significativa dos acidentes de trabalho, reveladora do impacto de acções que a BA tem vindo a desenvolver de análise e actuação sobre as causas dos mesmos e prevenção dos riscos.

O redimensionamento e requalificação do quadro de pessoal manteve-se em 2005, com o objectivo de incrementar os níveis de produtividade, aproximando-os dos melhores do sector, e de enriquecer os conteúdos das funções, tornando as carreiras dos colaboradores mais aliciantes. No final do ano o número de colaboradores do grupo era de 1038, dos quais 622 em Portugal e 416 em Espanha.

Número de Colaboradores





Inovação e Desenvolvimento



No seguimento do esforço desenvolvido para acompanhar as solicitações constantes do mercado, a BA deu em 2005 um passo importante no sentido de melhorar o serviço oferecido aos clientes, através de um projecto que designamos por BA Design, que tem como alvo principal os pequenos e médios clientes. Trata-se da oferta de um serviço completo de desenvolvimento de novas embalagens, em que, para além da embalagem de vidro propriamente dita, se aconselha os clientes sobre funcionalidade, imagem e rotulagem.

A constante personalização das embalagens num mercado cada vez mais competitivo, continua a traduzir-se por um elevado número de novos projectos de artigo desenvolvidos (218) ainda que a falta de capacidade tenha limitado o número de novas produções em menos 16% do que em 2004.

Mais uma vez a BA realizou um concurso de ideias entre os alunos de arte e design da Universidade Lusófona, desta vez sobre o tema “Azeite”, cobrindo quer novas garrafas, quer a modalidade “galheteiro” que passou a ser de utilização obrigatória nos hotéis e restaurantes.

Em 2005 os desenvolvimentos não se limitaram aos artigos, tendo abrangido também os processos industriais:

- › O arranque da primeira máquina em processo 41, vocacionado para o fabrico de frascos e boiões de boca larga, caracterizado pela alta produtividade e melhoria de qualidade, que permitirá futuras reduções de peso;
- › A primeira máquina de gota tripla, para o fabrico de garrafas e boiões, com os inerentes ganhos de produtividade.

Outro projecto iniciado foi o da automatização do desenho de moldes, utilizando as potencialidades de parametrização de software 3D adquiridos, com o objectivo de conseguir reduzir os tempos de execução, os erros humanos e, portanto, os custos.

Resultados

O objectivo de consolidar e sustentar os resultados voltou a ser conseguido em 2005, apesar do enorme aumento das facturas energética e de matérias primas.

O ano de 2005 é o primeiro ano em que a BA apresenta as contas consolidadas em IFRS's (International Financial Reporting Standards), pelo que as contas de 2004 para efeitos comparativos foram reformuladas segundo a mesma metodologia.

O cash flow operacional (EBITDA), que atingiu 57,3 milhões de euros, cresceu ligeiramente (0,6%) face a 2004, representando 29,6 % das Vendas.

O resultado operacional (EBIT) cifrou-se em 35,2 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 8,0% face a 2004.

A evolução ascendente dos resultados é consequência dos aumentos da produtividade da mão-de-obra e dos activos corpóreos e do ataque tenaz aos custos operacionais.

As vendas cresceram em 2005, 1,4%, enquanto a produtividade da mão-de-obra cresceu 6,4%, fruto da permanente reestruturação do quadro de pessoal e do aumento da eficiência produtiva em todas as unidades fabris. Quanto aos custos por tonelada produzida a evolução continuou a ser positiva, o que só foi possível com uma continuada reestruturação de todos os processos.

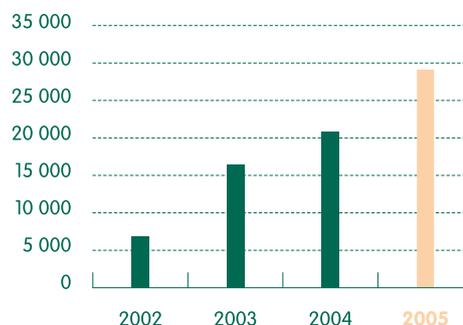
Os resultados financeiros consolidados atingiram - 4,5 milhões de euros, para os quais contribuiu fortemente a realização de uma mais valia de 4,2 milhões de euros na venda de "Activos Financeiros Disponíveis para Venda".

Os resultados antes de impostos, fruto do atrás dito, cresceram 11,1% em relação a 2004, atingindo os 30,7 milhões de euros.

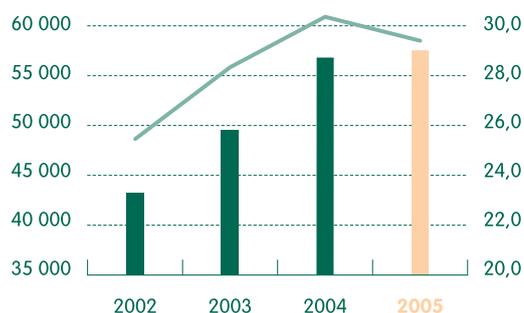
Os resultados líquidos consolidados, no valor de 29,0 milhões de euros, tiveram a influência positiva do reconhecimento de impostos diferidos no montante de cerca de 6,2 milhões de euros, o que os fez crescer em 38,2% relativamente ao ano anterior, correspondendo a 15,0 % do valor das vendas.

O cash flow operacional e a redução do working capital, permitiram fazer face aos investimentos realizados ao longo do ano, à distribuição de dividendos aos accionistas e à redução da dívida.

Resultados Líquidos Consolidados [m. EURO]

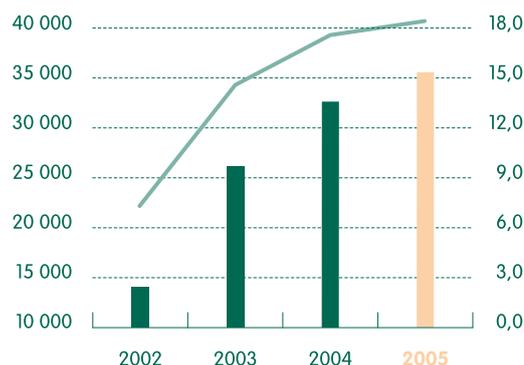


EBITDA [m. EURO] EBITDA/Produção [%]



■ EBITDA — EBITDA / Produção

EBIT [m. EURO] EBIT/Produção [%]



■ EBIT — EBIT / Produção

Análise Patrimonial e Financeira

Em 2005 o activo consolidado atinge 360 milhões de euros, divididos maioritariamente entre 198 milhões de euros de activos corpóreos e 162 milhões de outros activos.

No passivo total com um valor de 238 milhões de euros, destaca-se o passivo financeiro consolidado com 176 milhões de euros.

No final de 2005 a autonomia financeira do grupo era de 33,9% e o passivo de médio e longo prazo ascendia a 145,6 milhões de euros (61,1% do passivo total).

Perspectivas

A evolução das economias Europeias, fruto de factores endógenos e exógenos continua a ser uma incógnita. A relação Euro/Dólar, a relação da Europa com a China e todo o seu desenvolvimento e as intervenções militares em zonas de influência do petróleo são factores que dificultam a assunção de uma perspectiva clara de evolução.

No entanto, entre análises mais optimistas e outras mais pessimistas, não parece ser razoável esperar um crescimento relevante da procura do vidro de embalagem.

Em Portugal, onde o clima de retoma ainda não chegou, 2006 será um ano com estabilidade política mas ainda sem sinais claros de crescimento. Em Espanha as perspectivas são mais optimistas quanto à evolução do PIB, o que poderá induzir um pouco o aumento da procura do vidro de embalagem.

No entanto, com a competitividade do grupo a melhorar ao longo dos últimos anos, com a capacidade de inovação e ambição dos colaboradores e com a determinação em melhorar o serviço ao cliente, inicia-se o ano de 2006 com optimismo.

Manter-se-á a preocupação de introduzir transparência crescente em todos os processos, no sentido de optimizar a relação com todos os stakeholders:

- › Em relação aos accionistas, atingir os mais elevados padrões de rentabilidade, tendo por base os princípios de ética e as regras de governo da sociedade transparentes e claras;
- › Em relação aos clientes, atingir níveis ainda mais altos de qualidade e fiabilidade que os ajudem a vencer no exigente mercado de consumo;
- › Em relação aos colaboradores, consolidar a aplicação das metodologias e sistemas de gestão e intensificar a utilização da remuneração variável como forma de partilhar a riqueza criada;
- › Em relação ao meio envolvente, desenvolver a política ambiental do grupo, facilitando publicamente informação sobre o desempenho ambiental das suas unidades e manter com as entidades, organismos e associações locais uma relação de interacção que beneficie a comunidade como um todo;
- › Em relação aos fornecedores, potenciar as relações de parceria no sentido de fortalecer a confiança recíproca e viabilizar ganhos de eficiência ao longo da cadeia de abastecimento.

Agradecimentos

O Conselho de Administração agradece em primeiro lugar aos colaboradores de todas as unidades orgânicas do grupo, porque o seu desempenho, entusiasmo e dedicação são os mais importantes contributos para os resultados obtidos, quer do ponto de vista de rentabilidade quer do ponto de vista de satisfação dos clientes.

Agradecemos também às Autoridades Centrais, Regionais e Locais, de Portugal e Espanha, que acompanharam e apoiaram as nossas actividades e projectos. Registamos com apreço a cooperação prestada pelos Bancos e outras Instituições Financeiras com quem a empresa trabalhou no decurso do ano.

É igualmente devido ao Fiscal Único e aos Auditores de todas as associadas o reconhecimento pela permanente colaboração e espírito de diálogo crítico que manifestaram no acompanhamento e no exame das contas e processos da empresa.

Finalmente, o nosso sentido agradecimento é devido aos clientes, a quem queremos expressar o reconhecimento pela sua preferência, confiança e exigência, que são estímulo permanente para o nosso aperfeiçoamento.

Aplicação de Resultados

Para aplicação dos Resultados Líquidos não consolidados da “BA Glass I – Serviços de Gestão e Investimentos, SA”, que totalizam EUR – 973.196,14 propomos a seguinte distribuição:

Resultados Transitados	- 973.196,14
------------------------	--------------

Das Reservas Livres propomos a transferência de EUR 11.700.000,00 para dividendos, ao que corresponderá um dividendo de EUR 234,00 por acção.

Avintes, 26 de Janeiro de 2006

O Conselho de Administração

Carlos A. R. Moreira da Silva – Presidente
Jorge Alexandre Tavares Ferreira
Francisco José Mestre Mira da Silva Domingues
José Pedro de Araújo Lopes
Mário Pereira Pinto

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Publicidade de Participações dos Membros de Órgãos de Administração e Fiscalização e de Accionistas a 31.12.2005 [Arts. 447.º E 448.º do Código das Sociedades Comerciais]

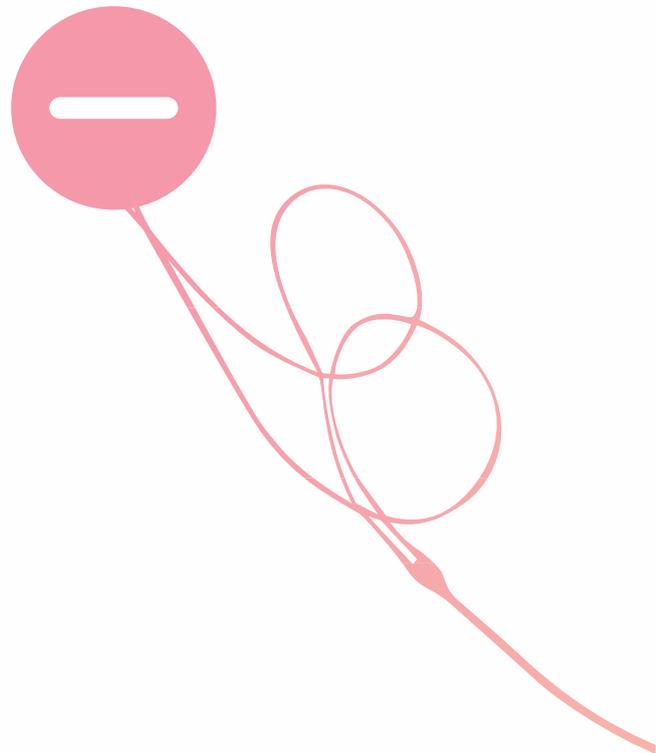
Carlos António Rocha Moreira da Silva - Presidente do Conselho de Administração
Através da sociedade integralmente dominada Bar-Bar-Idade Imobiliário e Serviços, SA (doravante BBI IS), é titular de 13.284 acções representativas de 26,57% do capital social da BA Glass I – Serviços de Gestão e Investimentos, SA (doravante BA Glass).
A sociedade "Fim do Dia, SGPS, SA" (da qual é Presidente do Conselho de Administração) é titular de acções correspondentes a 47,40% do capital social da BA Glass.
Em 31 de Janeiro de 2005 a BBI IS adquiriu 13.900 acções correspondentes a 27,80 % do capital social da BA Glass à sociedade Sonae Capital, SGPS, SA; Em 31 de Janeiro de 2005 a BBI IS alienou 23.698 acções correspondentes a 47,40 % do capital social da BA Glass à sociedade Fim do Dia, SGPS, SA; Em 31 de Janeiro de 2006, em 31 de Janeiro de 2007 e em 31 de Janeiro de 2008 a BBI IS irá adquirir, em transacções de igual número de acções, 11,75% do capital social da BA Glass à sociedade Sonae Capital, SGPS, SA.

Francisco José Mestre Mira da Silva Domingues - Vogal do Conselho de Administração
A sociedade "Atanógoras, SGPS, SA" (da qual é Presidente do Conselho de Administração) é titular de acções correspondentes a 14,29% do capital social da BA Glass.
A sociedade "Fim do Dia, SGPS, SA" (da qual é Vogal do Conselho de Administração) é titular de acções correspondentes a 47,40% do capital social da BA Glass.

Jorge Alexandre Tavares Ferreira - Vogal do Conselho de Administração
A sociedade "Fim do Dia, SGPS, SA" (da qual é Vogal do Conselho de Administração) é titular de acções correspondentes a 47,40% do capital social da BA Glass.

Accionistas	Acções	% Capital Social/ Direitos de Voto
Fim do Dia, SGPS, SA	23.698	47,40%
Bar-Bar-Idade Imobiliário e Serviços, SA	13.284	26,57%
Atanógoras, SGPS, SA	7.143	14,29%
Sonae Capital, SGPS, SA	5.875	11,75%





Balanço Consolidado
Demonstração Consolidada dos Resultados
Demonstração das Alterações no Capital Próprio
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
Anexo à Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas



Demonstrações Financeiras

BA Glass I
Serviços de Gestão e Investimentos, SA

>>>



Balanço Consolidado

[Montantes expressos em Euros]

	Notas	Dez 2005	Dez 2004
Activo			
Activo Não Corrente			
Goodwill	6	46.105.169	46.105.169
Activos intangíveis	7	513.561	–
Activos tangíveis	8	150.729.101	127.767.232
Investimentos financeiros	9	207.596	1.551.877
Activos financeiros disponíveis para venda	10	–	5.154.583
Propriedades de investimento		520.723	–
Outros activos não correntes	11	74.915.000	–
Activos por impostos diferidos	12	12.123.320	4.263.508
		285.114.470	184.842.368
Activo Corrente			
Existências	13	26.740.694	28.153.158
Clientes	14	42.854.104	41.566.919
Outras dívidas de terceiros	15	947.530	557.526
Outros activos correntes	16	511.414	609.986
Caixa e equivalentes de caixa	17	3.967.883	3.293.960
		75.021.625	74.181.548
Total do Activo		360.136.095	259.023.916
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital	18	50.000	50.000
Reservas, resultados retidos e prestações acessórias	19	93.019.185	55.212.156
Resultado líquido do exercício		28.995.273	20.975.342
Interesses minoritários		–	–
		122.064.457	76.237.499
Passivo Não Corrente			
Empréstimos bancários	20	118.367.262	68.564.838
Provisões / Ajustamentos por perdas de imparidade	21	6.843.340	6.843.340
Outras dívidas a terceiros	23	12.000.000	–
Passivos por impostos diferidos	12	8.368.897	1.165.246
		145.579.499	76.573.424
Passivo Corrente			
Empréstimos bancários	20	39.513.681	59.831.383
Fornecedores	22	23.943.581	24.642.125
Outras dívidas a terceiros	23	11.850.820	6.536.362
Outros passivos correntes	24	17.184.057	15.203.124
		92.492.139	106.212.994
Total do Passivo e Capital Próprio		360.136.095	259.023.916

Demonstração Consolidada dos Resultados

[Montantes expressos em Euros]

	Notas	Dez 2005	Dez 2004
Proveitos Operacionais			
Vendas e prestação de serviços	3	193.511.634	190.879.101
Variação da produção		-1.648.236	-9.449.984
Outros proveitos operacionais	25	3.201.383	3.548.307
		195.064.782	184.977.425
Custos Operacionais			
Mercadorias e matérias consumidas		63.146.388	55.413.236
Fornecimentos e serviços externos		38.528.815	37.265.239
Custos com o pessoal		35.111.948	34.849.362
Amortizações		22.636.720	22.326.413
Provisões		–	1.996.001
Outros custos operacionais	26	428.536	527.403
		159.852.407	152.377.654
Cash Flow Operacional (EBITDA)		57.290.972	56.922.185
Resultado Operacional (EBIT)		35.212.375	32.599.771
Resultados Financeiros	27	-4.519.571	-4.697.443
Resultados Antes de Impostos		30.692.803	27.902.327
Impostos sobre o rendimento do exercício	28	1.697.531	6.926.985
Resultado Líquido do Exercício		28.995.273	20.975.342
Interesses minoritários		–	–
Resultado Consolidado Líquido do Exercício		28.995.273	20.975.342
Resultado por Acção		579,91	419,51

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

[Montantes expressos em Euros]

	Capital	Prestações Acessórias	Dividendos aos Accionistas	Reservas Legais	Diferenças de Consolidação	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultados Líquidos do Exercício	Dividendos Antecipados	Total Capital Próprio
1 de Janeiro de 2005	50.000	72.612.184	-	427.012	1.407.358	2.917.603	20.975.342	-22.152.000	76.237.499
Realização de prest. acessórias de capital	-	120.397.091	-	-	-	-	-	-	120.397.091
Devolução de prest. acessórias de capital	-	-72.612.184	-	-	-	-	-	-	-72.612.184
Alienação de investimentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-2.147.859	-	-	-2.147.859
Ajustamentos de justo valor	-	-	-	-	-	15.430.638	-	-	15.430.638
Distribuição de dividendos	-	-	-54.988.000	-	-	-11.400.000	-	22.152.000	-44.236.000
Aplicação de resultados	-	-	54.988.000	4.855.904	-	-38.868.562	-20.975.342	-	-
Anulação de operações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	28.995.273	-	28.995.273
									-
31 de Dezembro de 2005	50.000	120.397.091	-	5.282.916	1.407.358	-34.068.180	28.995.273	-	122.064.457
1 de Janeiro de 2004 › Saldo Inicial	50.000	72.612.184	-	-	-57.708.549	-	13.753.832	-	28.707.467
Correcção de um erro – Recálculo do Goodwill	-	-	-	-	59.115.907	-1.182.184	-11.828.554	-	46.105.169
Ajustamentos de Adopção das IFRS:									
Aumento do justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	1.439.339	-	-	1.439.339
Imp. diferido assoc. ao aumento do justo valor dos invest. financ. disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-395.818	-	-	-395.818
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-160.703	45.668	-	-115.035
1 de Janeiro 2004 › Reajustado	50.000	72.612.184	-	-	1.407.358	-299.366	1.970.946	-	75.741.122
Aumento do justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	1.523.225	-	-	1.523.225
Imp. diferido assoc. ao aumento do justo valor dos invest. financ. disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-418.887	-	-	-418.887
Aplicação de resultados	-	-	-	427.012	-	1.543.934	-1.970.946	-22.152.000	-22.152.000
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	20.975.342	-	20.975.342
Outras alterações	-	-	-	-	-	568.697	-	-	568.697
31 de Dezembro de 2004	50.000	72.612.184	-	427.012	1.407.358	2.917.603	20.975.342	-22.152.000	76.237.499

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

[Montantes expressos em Euros]

	2005	2004
Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	202.267.774	196.213.620
Pagamentos a fornecedores	(105.262.289)	(98.145.155)
Pagamentos ao pessoal	(32.804.201)	(32.820.772)
Fluxo Gerado pelas Operações	64.201.284	65.247.693
Pagamento/recebimento do imposto sobre rendimento	(7.546.048)	(6.804.705)
Outros Recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(3.787.049)	(5.493.656)
Fluxos das Actividades Operacionais (1)	52.868.187	52.949.332
Actividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	8.155.342	-
Activos fixos tangíveis	112.350	187.287
Subsídios de investimento	-	232.524
Juros e proveitos similares	608.204	17.551
	8.875.896	437.362
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(1.639.077)	(4.388.917)
Activos fixos tangíveis	(29.823.025)	(11.263.988)
	(31.462.103)	(15.652.905)
Fluxos das Actividades de Investimento (2)	(22.586.207)	(15.215.542)
Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	58.669.559	54.802.160
Aumentos de prestações acessórias	45.482.091	-
Outros	753	23.495
	104.152.403	54.825.655
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(14.394.475)	(63.599.463)
Juros e custos similares	(4.987.550)	(3.954.855)
Dividendos	(44.236.000)	(22.152.000)
Reduções de prestações acessórias	(72.612.184)	-
Outros	(421.384)	(262.722)
	(136.651.592)	(89.969.040)
Fluxos das Actividades de Financiamento (3)	(32.499.190)	(35.143.386)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(2.217.210)	2.590.404
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.185.092	3.594.688
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.967.883	6.185.092

Anexo à Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

[Montantes expressos em Euros]

	2005	2004
Numerário	23.739	31.214
Depósitos bancários	3.944.144	3.147.121
Caixa e seus Equivalentes	3.967.883	3.178.335
Títulos negociáveis	-	3.006.758
Disponibilidades	3.967.883	6.185.092

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

[Montantes expressos em Euros]

1. Informação Geral da Actividade

A **BA Glass I – Serviços de Gestão e Investimentos, SA** foi constituída por escritura de 29 de Maio de 2003 com a designação inicial de Bar-Bar-Idade Glass, Serviços de Gestão e Investimentos, SA. É uma sociedade anónima que tem por objecto a prestação de serviços de consultoria nas áreas de gestão, comercialização e publicidade a empresas comerciais ou industriais de embalagens e produtos de vidro; a organização de eventos e actividades destinadas à promoção daquelas empresas ou das suas vendas e produtos; a produção, comercialização e mediação na compra e venda de artigos de vidro, bem como, a exploração de estabelecimentos comerciais e redes de distribuição; a realização, gestão e administração de investimentos na área do fabrico e distribuição de embalagens e produtos de vidro ou de empresas dessa área; a realização de investimentos na área imobiliária, nomeadamente, compra e venda de bens imóveis, para si ou para revenda dos adquiridos para esse fim, construção de edifícios para venda, urbanização e loteamento; aquisição, gestão e alienação de participações em sociedades de direito nacional ou estrangeiro, independentemente do seu objecto social.

No final de 2004, esta empresa passou a funcionar como sociedade dominante.

2. Políticas Contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo BA Glass são preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que constituem o grupo, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") em vigor em 1 de Janeiro de 2004, data que corresponde ao início do período da primeira aplicação pela empresa das IAS/IFRS.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo referentes ao exercício de 2004 foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, que diferem das IFRS em algumas áreas. Na preparação das demonstrações financeiras anexas, o grupo efectuou os ajustamentos necessários às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para a adopção das IFRS. Os comparativos apresentados referentes a 2004, foram reexpressos de forma a permitir reflectir esses ajustamentos. Os efeitos reportados à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram registados em Capitais Próprios e estão detalhados na demonstração de alterações dos capitais próprios consolidados e na Nota 35, na qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2004).

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as International Financial Reporting Standards (IFRS).

2.3 Bases de Consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo grupo:

a) Empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o grupo detenha directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas/Sócios e/ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados no processo de consolidação.

2.4 Principais Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo nos períodos apresentados são os seguintes:

I) Goodwill

O Goodwill gerado antes da data de transição para as IFRS (1 de Janeiro de 2004) mantém-se registado pelo valor líquido contabilístico, apurado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, tendo sido objecto de testes de imparidade naquela data.

Adicionalmente e de acordo com a alternativa prevista na IFRS 1, o grupo procede, anualmente, à realização de testes de imparidade formais ao Goodwill existente à data de encerramento de contas. Sempre que o montante pelo qual se encontra registado o Goodwill seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de "Outros custos operacionais". A quantia recuperável, é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que obter-se-ia com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

II) Imóveis para Uso Próprio · Terrenos

Os imóveis (terrenos) são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e/ou, quaisquer perdas de imparidade acumuladas. As revalorizações são feitas periodicamente, por avaliadores imobiliários independentes, de forma a que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor do respectivo imóvel.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efectuadas aos bens imobilizados imóveis (terrenos) são registados por contrapartida de capital próprio. Quando um activo fixo tangível que foi alvo de uma revalorização positiva e em exercícios subsequentes se encontra sujeito a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores, sendo o seu excedente registado como custo do exercício por contrapartida do resultado líquido do período.

III) Terrenos afectos à Exploração de Areias

Os terrenos afectos à exploração de areias, bem como alguns custos relacionados são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e/ou, quais-

quer perdas de imparidade acumuladas. As revalorizações são feitas periodicamente, por avaliadores independentes, de forma a que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor da respectiva exploração. A depreciação de tais activos é efectuada de acordo com o nível de arcaia extraído anualmente considerando o valor residual da exploração no final da extracção.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efectuadas aos bens imobilizados são registados por contrapartida de capital próprio. Quando a exploração que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios subsequentes se encontra sujeita a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores, deduzido da quantia realizada através das amortizações, sendo o seu excedente registado como custo do exercício por contrapartida do resultado líquido do período.

IV) Outros Activos Fixos Tangíveis

Os outros activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2003 encontram-se registadas ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do activo pelo grupo, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem. O valor residual atribuível ao bem é estimado com base no valor residual prevalecente à data da estimativa de activos semelhantes que tenham atingido o fim das suas vidas úteis e que tenham funcionado sob condições semelhantes àquelas em que o activo será usado.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (anos):

Edifícios e outras construções	20 – 50
Equipamento básico	3 – 20
Equipamento de transporte	4 – 12
Ferramentas e utensílios	3 – 15
Equipamento administrativo	3 – 15
Taras e vasilhame	3 – 7
Outras imobilizações corpóreas	3 – 15

As despesas subsequentes de substituição de componentes de activos fixos incorridas pelo grupo são adicionadas aos respectivos activos corpóreos, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses activos abatido e registado como um custo na rubrica de “Outros custos operacionais”.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

V) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes, conforme definido na política “iv” acima e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

VI) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são constituídas por edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e/ou, a valorização do capital investido e não para uso na produção ou fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado pela avaliação anual efectuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração de resultados do exercício na rubrica de variação de valor das propriedades de investimento.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente: manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (IMI) são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada do exercício a que se referem.

VII) Activos Não Financeiros e Não Correntes Disponíveis para Venda

Os activos não financeiros e não correntes são classificados como disponíveis para venda se o seu valor de balanço apenas for recuperado através de uma alienação e não através do uso continuado dos mesmos. Para que tais activos sejam objecto de tal classificação, os mesmos têm de estar disponíveis para venda imediata nas suas condições actuais, a venda tem de ser altamente provável, o Conselho de Admi-

nistração tem de estar comprometido a executar tal venda e a alienação ocorrer num período de 12 meses, conforme estabelecido na IFRS 5.

Os activos não financeiros e não correntes classificados como disponíveis para venda são registados pelo mais baixo entre o seu valor de balanço e o justo valor dos mesmos, deduzido dos custos expectáveis com a sua venda.

VIII) Activos e Passivos Financeiros

a) Instrumentos Financeiros:

Os instrumentos financeiros classificam-se como se segue:

- › **Investimentos detidos até ao vencimento** activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e cuja intenção do Conselho de Administração é a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento;
- › **Investimentos registados ao justo valor através da demonstração de resultados** activos ou passivos financeiros cujo objectivo de detenção é a realização de mais valias no curto prazo e todos os instrumentos derivados que não estejam afectos a operações de cobertura;
- › **Empréstimos e contas a receber** activos financeiros não derivados com reembolsos fixos ou variáveis que não se encontram cotados em mercados líquidos e que não foram classificados como investimentos registados a justo valor através da demonstração de resultados ou como investimentos disponíveis para venda;
- › **Investimentos disponíveis para venda** activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores.

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço. Os investimentos registados a justo valor através da demonstração de resultados são classificados como investimentos correntes.

Os investimentos disponíveis para venda são classificados como não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o valor pago na data de aquisição e que corresponde ao seu justo valor naquela data incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos registados ao justo valor através da demonstração de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de "Excedente na revalorização de investimentos financeiros" até o investimen-

to ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e tal situação seja considerada uma perda de imparidade, no momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos detidos para negociação são registados(as) na demonstração de resultados do exercício.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo capitalizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em acções de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas de imparidade. É convicção do Conselho de Administração do grupo que o justo valor desses investimentos não difira significativamente do seu custo de aquisição.

b) Dívidas de Terceiros

As dívidas de terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica de "Perdas de imparidade em contas a receber", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor presente realizável líquido.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, incluindo prémios a pagar são contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios e são adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

d) Contas a Pagar

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

e) Passivos Financeiros e Instrumentos de Capital Próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção. São considerados pelo grupo instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transacção evidencie que o grupo detém um interesse residual num conjunto de activos após dedução de um conjunto de passivos.

f) Instrumentos Derivados

O grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação. A utilização de instrumentos financeiros derivados encontra-se devidamente aprovada pelo Conselho de Administração do grupo.

Os instrumentos derivados utilizados pelo grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pelo grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- › Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- › A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- › Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- › A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos, associadas à parcela de cobertura efectiva, são reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura”, sendo transferidos para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados. A parcela de cobertura não efectiva é registada, no momento em que é apurada, na demonstração de resultados do exercício.

A reavaliação dos instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura” são transferidas para resultados do exercício, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

g) Letras Descontadas e Contas a Receber

Os saldos das contas a receber realizadas por descoberto bancário à data de cada balanço, são reconhecidas nas demonstrações financeiras do grupo até ao momento do recebimento das mesmas.

IX) Existências

As mercadorias, as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

X) Rédito e Especialização dos Exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios in-

rentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no período em que são atribuídos aos sócios ou accionistas.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos, cujo valor real não seja conhecido, são estimados.

Nas rubricas de “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

XI) Activos e Passivos em Moeda Estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

As cotações de câmbio e taxas de conversão utilizadas para actualização dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as seguintes:

País	Moeda	Taxa de Câmbio
Dólar Americano	USD	1,1797
Franco Suíço	CHF	1,5551
Libra Inglesa	GBP	0,6853

XII) Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é

efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

XIII) Encargos Financeiros com Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

XIV) Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação só são reconhecidas pelo grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

XV) Pensões

As responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos atribuídos a alguns ex-funcionários e actuais funcionários do grupo são apuradas de acordo com o "Projected Unit Credit Method" utilizando os pressupostos actuariais e financeiros mais adequados ao plano estabelecido.

As responsabilidades por serviços passados e as responsabilidades perante pensionistas encontram-se totalmente cobertas. A responsabilidade adicional gerada em cada exercício é reconhecida na demonstração de resultados do exercício como custos com o pessoal.

XVI) Outros Passivos Correntes > Subsídios ao Investimento

Os subsídios para financiamento de activos fixos tangíveis são registados no passivo, como proveitos diferidos na rubrica "Outros passivos correntes" e são transferidos para resultados ao longo da vida útil dos bens a que estão afectos na proporção das respectivas amortizações.

XVII) Imparidade de Activos que não "Goodwill"

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de "Outros custos operacionais". A quantia recuperável, é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que obter-se-ia

com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente, ou no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir e, consequentemente, o activo deixa de estar em imparidade. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como resultados operacionais. Contudo, a reversão de uma perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (quer através do custo histórico, quer através do seu valor reavaliado, líquido de amortizações ou depreciações) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

XVIII) Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas nas notas anexas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros não seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado nas notas anexas quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

XIX) Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições, que existiam à data do balanço, são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

3. Relato por Segmentos

A actividade do grupo é a indústria vidreira e especificamente o vidro de embalagem, com duas unidades fabris instaladas em Portugal e duas em Espanha através da associada BA Vidrio, SA.

Não existem componentes distinguíveis quer nos produtos, quer nos processos de fabrico, quer ainda no tipo de clientes e de distribuição que justifiquem uma análise em termos de segmento do negócio.

De igual modo consideramos não existirem riscos, retornos, oportunidades ou perspectivas substancialmente diferentes nas unidades implantadas nestes dois países e que, por isso, estas devessem ser tratadas como segmentos geográficos relatáveis.

As vendas e prestações de serviços em 31 de Dezembro de 2005 repartiram-se da seguinte forma:

	Península Ibérica	Outros Países Intracomunitários	Outros Países	Total	2004
Vidro de embalagem	185.201.349	7.294.217	309.092	192.804.658	190.192.006
Outros	706.977	-	-	706.977	687.095
	185.908.326	7.294.217	309.092	193.511.635	190.879.101
2004	177.596.266	9.876.329	3.406.506	190.879.101	

As vendas da rubrica "Outros" referem-se a vendas de areia da empresa do grupo Minas de Valdecastillo, SAU e de electricidade da empresa BA Energia, SA.

4. Empresas incluídas na Consolidação pelo Método Integral

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais e percentagem de controlo em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, são as seguintes:

Empresas	Sede	% de Controlo	
		2005	2004
BA Glass I – Serviços de Gestão e Investimentos, SA	Avintes	Mãe	Mãe
BA Vidro, SA	Avintes	100%	100%
Barbosa & Almeida – SGPS, SA	Avintes	100%	100%
Norcasco – Reciclagem de Vidros, SA	Avintes	100%	100%
BA – Energia, SA	Avintes	100%	100%
BA – Vidrio, SA	León	100%	100%
Minas de Valdecastillo, SAU	León	100%	100%
BA – Vidrio Dist. Comerc. Env., SA	Mérida	100%	100%
BA – Vidro II Marinha Grande, SA	Avintes	100%	100%

5. Empresas excluídas da Consolidação

Empresas	Sede	% de Controlo	
		2005	2004
Artividro – Arte em Vidro, Lda	Leiria	87,50%	87,50%

Esta empresa não foi consolidada pelo método de consolidação integral, mas esse efeito é considerado materialmente irrelevante para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do grupo. Esta participação encontra-se registada na rubrica de investimentos em associadas valorizada pelo método de equivalência patrimonial.

6. Goodwill

O Goodwill gerado antes da data de transição para as IFRS (1 de Janeiro de 2004) mantém-se registado pelo valor líquido contabilístico, apurado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, tendo sido objecto de testes de imparidade.

O Goodwill apresenta a seguinte composição:

	Valor Gerado	Amortizações Acumuladas a 1 Janeiro 2004	Valor Líquido 2005	Valor Líquido 2004
BA Vidro, SA	33.744.163	843.604	32.900.558	32.900.558
BA Vidrio, SA	12.989.951	324.749	12.665.202	12.665.202
Minas de Valdecastillo, SAU	553.240	13.831	539.409	539.409
	47.287.353	1.182.184	46.105.169	46.105.169

7. Activos Intangíveis

Durante o exercício de 2005 o movimento ocorrido no valor de custo dos activos intangíveis, bem como as respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte:

	Propriedade Industrial e Outros Direitos	Total Activos Intangíveis
Activo Bruto		
Saldo 1 Janeiro 2005		
Aumento	513.561	513.561
Desinvestimento	-	-
Transferências	-	-
Saldo 31 Dezembro 2005	513.561	513.561
Amortizações e Perdas de Imparidade Acumuladas		
Saldo 1 Janeiro 2005		
Depreciações do período	-	-
Desinvestimento	-	-
Transferências	-	-
Saldo 31 Dezembro 2005	-	-
Valor Líquido	513.561	513.561
Valor Líquido a Dezembro 2004	-	-

A IAS 38 ("Intangible Assets") define como activo intangível um activo não monetário, identificável, sem substância física, detido para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para finalidades administrativas. Um activo é um recurso quando é controlado pela empresa em resultado de acontecimentos passados e a partir do qual se espera que fluam benefícios económicos futuros para a empresa.

Desta forma, e como ajustamento relativo à primeira adopção das IFRS, o grupo anulou do seu Balanço Consolidado os valores registados até 31 de Dezembro de 2003 a título de despesas de instalação e de despesas de investigação que não cumpram os critérios de reconhecimento da IAS 38 tendo reconhecido o seu valor líquido em capitais próprios.

8. Activos Tangíveis

Durante o exercício de 2005 o movimento ocorrido no valor de custo dos activos tangíveis, bem como as respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte:

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte
Activo Bruto				
Saldo 1 Janeiro 2005	14.807.112	80.014.881	274.963.229	2.118.396
Investimento	79.820	1.048.054	22.241.649	182.166
Aumento do justo valor	21.700.150	-	-	-
Desinvestimento	-	-	-	-257.141
Transferências	-	12.837	5.908.581	-123.353
Saldo 31 Dezembro 2005	36.587.082	81.075.772	303.113.459	1.920.069

Amortizações e Perdas de Imparidade Acumuladas

Saldo 1 Janeiro 2005	-	36.866.194	213.901.652	1.547.849
Depreciações do período	-	2.865.624	19.115.293	124.058
Desinvestimento	-	-	-752.609	-238.129
Transferências	-	-	-	-
Saldo 31 Dezembro 2005	-	39.731.817	232.264.336	1.433.778
Valor Líquido	36.587.082	41.343.954	70.849.123	486.291
Valor Líquido a Dezembro 2004	14.807.112	43.148.687	61.061.577	570.547

	Equipamento Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Imobilizações em Curso	Total Activos Tangíveis
Activo Bruto				
Saldo 1 Janeiro 2005	5.970.808	4.315.539	6.896.740	389.086.704
Investimento	154.682	1.760	322.880	24.031.010
Aumento do justo valor	-	-	-	21.700.150
Desinvestimento	-536.722	-	-	-793.863
Transferências	2.037	-	-6.756.161	-956.059
Saldo 31 Dezembro 2005	5.590.805	4.317.299	463.459	433.067.943
Amortizações e Perdas de Imparidade Acumuladas				
Saldo 1 Janeiro 2005	5.254.410	3.749.367	-	261.319.472
Depreciações do período	326.803	204.943	-	22.636.721
Desinvestimento	-536.722	-89.890	-	-1.617.350
Transferências	-	-	-	-
Saldo 31 Dezembro 2005	5.044.491	3.864.420	-	282.338.842
Valor Líquido	546.314	452.879	463.459	150.729.101
Valor Líquido a Dezembro 2004	716.398	566.172	6.896.740	127.767.232

O aumento de justo valor dos terrenos e recursos naturais foi determinado através de avaliações efectuadas por uma entidade independente especializada (Luso Roux).

O grupo considera que, em 31 de Dezembro de 2005 não existem quaisquer indícios de imparidade em relação aos seus activos tangíveis.

9. Investimentos Financeiros

	Partes de Capital	Outras Aplicações Financeiras	Total Investimentos Financeiros
Activo Bruto			
Saldo 1 Janeiro 2005	1.932.842	207.465	2.140.307
Aumentos	2.163	2.163	-
Diminuições	-	-	-
Saldo 31 Dezembro 2005	1.932.842	209.628	2.142.470
Ajustamentos			
Saldo 1 Janeiro 2005	1.402.457	678	1.403.135
Aumentos	530.385	1.354	531.739
Saldo 31 Dezembro 2005	1.932.842	2.032	1.934.874
Valor Líquido	-	207.596	207.596
Valor Líquido a Dezembro 2004	530.385	1.021.492	1.551.877

A rubrica de partes de capital em empresas do grupo respeita à participação na empresa Artividro – Arte em Vidro, Lda.

10. Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são referentes a acções em empresas cotadas em mercado oficial e são relevados contabilisticamente pelo seu justo valor.

11. Outros Activos Não Correntes

O saldo desta rubrica respeita a um valor a receber até 31 de Dezembro de 2009 da Fim do Dia SGPS, SA.



12. Impostos Diferidos

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram é como se segue:

	2005	2004
Activo por Imposto Diferido		
Provisões para pensões de reforma e outros riscos e encargos	1.276.574	1.276.574
Provisões para existências	–	29.286
Benefícios fiscais ao investimento de natureza contratual	8.108.360	–
Imposto diferido fundo de comércio BA Vidrio	884.124	663.093
Fundo de comércio (Espanha)	1.854.262	2.294.556
	12.123.320	4.263.508
Passivo por Imposto Diferido		
Homogeneização de taxas de amortização	1.794.661	–
Ajustamentos de justo valor	6.257.537	814.705
Reservas de reavaliação de activos tangíveis	316.698	350.541
	8.368.897	1.165.246

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos activos foi de 27,5% para Portugal e 35 % para Espanha.

13. Existências

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as existências tinham a seguinte composição:

	2005	2004
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.956.074	4.178.402
Produto acabado e em curso	22.969.868	24.124.174
Mercadorias	175.136	847.843
	27.101.077	29.150.418
Perdas de imparidade /ajustamentos	(360.383)	(997.261)
	26.740.694	28.153.158

14. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os valores a receber de clientes apresentavam os seguintes saldos:

	2005	2004
Clientes conta corrente	41.818.559	39.385.614
Clientes títulos a receber	1.035.545	2.181.305
Clientes de cobrança duvidosa	3.951.284	3.890.947
	46.805.389	45.457.866
Perdas de imparidade /ajustamentos	(3.951.284)	(3.890.947)
	42.854.104	41.566.919

A exposição do grupo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber derivadas da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas de imparidade acumuladas para cobranças duvidosas, que foram estimadas pelo grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica. O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor. O grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes.

15. Outras Dívidas de Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 as outras dívidas de terceiros tinham a seguinte composição:

	2005	2004
Empresas participadas e participantes	372.218	9.890
Estado e outros entes públicos	456.302	231.759
Outros devedores	119.010	315.877
	947.530	557.526
Perdas de imparidade/ajustamentos	-	-
	947.530	557.526

16. Outros Activos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os outros activos correntes tinham a seguinte composição:

	2005	2004
Custos Diferidos		
Despesas com financiamentos	44.637	37.977
Rendas originadas por contrato com clientes	171.554	227.623
Seguros	54.012	-
Outros	3.019	2.900
	273.221	268.500
Acréscimos de Proveitos		
Débitos a emitir a fornecedor	238.192	341.486
	238.192	341.486

17. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2005	2004
Numerário	23.739	31.214
Depósitos bancários	3.944.144	3.262.746
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.967.883	3.293.960

18. Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2005 o capital social da empresa, no valor de 50.000 euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado, estando representado por 50.000 acções com valor nominal de 1 euro cada. Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a estrutura accionista é a seguinte:

	2005		2004	
	Nº de acções	%	Nº acções	%
Bar-Bar-Idade Imobiliário e Serviços, SA	13.284	26,57	23.082	46,16
Sonae Capital, SGPS, SA	5.875	11,75	19.775	39,55
Fim do Dia, SGPS, SA	23.698	47,40	-	-
Atanágoras, SGPS, SA	7.143	14,29	7.143	14,29
	50.000	100,00	50.000	100,00

19. Reservas, Resultados Retidos e Prestações Acessórias

	2005	2004
Prestações acessórias	120.397.091	72.612.184
Reservas legais	5.282.916	427.012
Diferenças de consolidação	1.407.358	1.407.358
Outras reservas e resultados transitados	-34.068.180	2.917.603
Dividendos antecipados		-22.152.000
	93.019.185	55.212.157

Prestações Acessórias

Ocorreu durante o exercício de 2005 uma alteração da estrutura accionista do grupo tendo sido restituídas as prestações acessórias existentes e constituídas novas pelos actuais detentores do capital.

As prestações acessórias têm as características das prestações suplementares só podendo ser restituídas aos accionistas desde que a situação líquida da sociedade não fique inferior à soma do capital social e da reserva legal.

Prestações acessórias no montante de 45.482.091,04 euros poderão ser remuneradas, vencendo o juro que vier a ser definido anualmente em Assembleia Geral de Accionistas e prestações acessórias no montante de 74.915.000,00 euros não são remuneradas.

Reservas Legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual das empresas vistas individualmente seja destinado ao reforço da reserva legal em Portugal e 10% em Espanha até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do grupo, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Diferença de Consolidação

As diferenças de consolidação reconhecidas nos capitais próprios do grupo foram geradas na aquisição das seguintes participações financeiras.

	2005	2004
Barbosa & Almeida SGPS, SA	1.167.719	1.167.719
Norcasco, Reciclagem de Vidros, SA	1.089	1.089
BA – Energia, SA	238.550	238.550
	1.407.358	1.407.358

Outras Reservas

Nas empresas incluídas no perímetro de consolidação existem reservas livres para distribuição, nas suas contas individuais, no montante de 41.798.926,32 euros.

20. Empréstimos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a dívida líquida do grupo apresenta a seguinte composição:

	2005	2004
Dívidas a terceiros sujeitas a juros		
Não corrente	118.367.262	68.564.837
Corrente	39.513.681	59.831.383
	157.880.943	128.396.220
Caixa e seus Equivalentes		
Numerário	23.739	31.248
Depósitos bancários	3.944.144	3.262.712
	3.967.883	3.293.960
Justo Valor dos Instrumentos Financeiros	-	-
Dívida Líquida	153.913.060	125.102.260

Os empréstimos do grupo vencem juros à taxa Euribor acrescidos dos spreads acordados contratualmente com as instituições financeiras nos prazos de pagamento previstos.

	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Dívida Total	2004
Contratos de financiamento médio e longo prazo	16.068.856	32.705.287	48.774.143	84.398.205
Papel comercial	9.400.000	71.900.000	81.300.000	20.000.000
BEI	1.250.000	13.750.000	15.000.000	-
Descobertos bancários	12.794.825	-	12.794.825	23.998.015
	39.513.681	118.355.287	157.868.968	128.396.220
Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	-	11.975	11.975	-
	39.513.681	118.367.262	157.880.943	128.396.220

A parcela classificada como médio e longo prazo em 2005 tem o seguinte plano de reembolso definido:

Ano	2005
2007	41.494.844
2008	21.094.844
2009	19.100.000
2010	16.100.000
2011 e seguintes	20.565.599
	118.355.287

21. Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de provisões.

	Pensões de Reforma	Processos Judiciais em curso	Responsabilidades Ambientais	Total
Saldo 1 de Janeiro 2005	4.642.087	1.950.000	251.253	6.843.340
Aumentos	–	–	–	–
Utilizações	–	–	–	–
Reposições	–	–	–	–
Saldo 31 de Dezembro 2005	4.642.087	1.950.000	251.253	6.843.340

As responsabilidades por serviços passados e as responsabilidades perante pensionistas encontram-se totalmente cobertas por provisão específica (Nota 29).

Permanece em curso o processo relativo à notificação da empresa BA Vidro, SA pela Comisión Nacional del Mercado de Valores (CNMV) espanhola para pagamento de cerca de 1.950.000 euros pela alegada omissão de comunicação de uma participação qualificada, da qual apresentou recurso para as instâncias competentes. Foi considerada nas demonstrações financeiras uma provisão para fazer face a esse processo pela totalidade do seu montante.

A empresa Minas de Valdecastillo, SAU tem uma responsabilidade legal e construtiva para a reposição dos terrenos afectos à exploração estimada em 251.253 euros (Nota 32).

22. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 estas dívidas referem-se a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades do grupo. O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico destas dívidas corresponde aproximadamente ao seu justo valor.

	2005	2004
Fornecedores, conta corrente	16.378.766	15.335.873
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	6.938.536	5.838.748
Fornecedores de imobilizado	626.279	3.467.504
	23.943.581	24.642.125

23. Outras Dívidas a Terceiros

À data de 31 de Dezembro de 2005 e 2004 a rubrica de "Outras Dívidas a Terceiros" compunha-se da seguinte forma:

	2005	2004
Não Corrente		
Accionistas	12.000.000	–
Corrente		
Accionistas	6.000.000	783.442
Estado e outros entes públicos	5.688.245	5.012.333
Outros credores	162.575	740.588
	11.850.820	6.536.362

A rubrica accionistas inclui o empréstimo efectuado pela Sonae Capital SGPS, SA à BA Glass I, Serviços de Gestão e Investimentos, SA no montante de 18.000.000 euros (não corrente 12.000.000 euros e corrente 6.000.000) a remunerar a taxas de mercado e a reembolsar no prazo de 3 anos.

O montante apresentado na rubrica de Estado e outros entes públicos refere-se essencialmente a valores referentes a Imposto Sobre o Valor Acrescentado, provisão de imposto sobre os lucros do exercício deduzido dos pagamentos por conta efectuados, contribuições a pagar à segurança social e retenções de imposto sobre o rendimento.

24. Outros Passivos Correntes

A composição dos outros passivos correntes em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 era a seguinte:

	2005	2004
Acréscimos de Custos		
Encargos com o pessoal	5.006.793	4.367.334
Encargos financeiros a pagar	3.850.987	953.718
Outros fornecimentos e serviços externos	253.135	235.985
Rappel concedido	333.487	425.985
Outros	234.427	194.392
	9.678.829	6.177.414
Proveitos Diferidos		
Subsídios ao investimento	7.179.763	8.983.869
Outros	325.465	41.841
	7.505.228	9.025.710

25. Outros Proveitos Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica "Outros proveitos operacionais" apresentava a seguinte composição:

	2005	2004
Subsídios ao investimento	2.060.844	2.200.635
Ganhos na alienação de activos não correntes	235.475	90.050
Outros proveitos operacionais	346.941	1.257.622
Reversão de ajustamentos	558.123	-
	3.201.383	3.548.307

26. Outros Custos Operacionais

A rubrica de "Outros Custos Operacionais" é constituída por:

	2005	2004
Impostos	275.393	318.227
Outros custos	153.143	209.176
	428.536	527.403

27. Resultados Financeiros

Os resultados financeiros consolidados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 são os seguintes:

	2005	2004
Juros e comissões suportados com empréstimos obtidos	-7.977.338	-3.708.533
Juros obtidos de aplicações de capital	88.064	17.239
Descontos concedidos	-410.388	-461.146
Descontos obtidos	72.376	75.038
Diferenças cambiais	-247.537	-549.675
Rendimentos de participações de capital	131.588	162.890
Ganhos na alienação de investimentos financeiros	4.369.669	-
Ajustamentos de aplicações financeiras	-530.385	-
Outros custos financeiros	-27.080	-247.226
Outros proveitos financeiros	11.462	13.970
	-4.519.571	-4.697.443

28. Imposto sobre o Rendimento

O grupo está sujeito à tributação pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades em Portugal e em Espanha. As sociedades dominantes para efeitos de tributação são a BA Vidrio (Espanha) e a BA Glass I – Serviços de Gestão e Investimentos, SA (Portugal).

As declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais Portuguesas e Espanholas por um período de 4 anos.

O Conselho de Administração entende que eventuais alterações àquelas declarações em resultado de revisões e inspecções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005.

Reconciliação do Imposto do Exercício	2005	2004
Resultado Antes de Impostos	30.692.803	27.902.327
Imposto Corrente sobre o Rendimento do Exercício	-7.857.985	-5.716.211
Imposto Diferido do Exercício		
Reservas de reavaliação de imobilizações	33.843	47.258
Prejuízos anteriormente reconhecidos como impostos diferidos	-	-1.038.770
Utilização de impostos diferidos por ajustamentos	32.176	-
Crédito fiscal ao investimento	8.108.360	-
Homogeneização de taxas de amortização	-1.794.661	-
Fundo de comércio	-440.294	-440.294
Imposto diferido fundo de comércio BA Vidrio	221.031	221.031
	6.160.455	-1.210.775
Resultado Líquido Consolidado	28.995.273	20.975.342

Em 31 de Dezembro de 2005 a rubrica de impostos tinha a seguinte composição:

	2005	2004
Imposto corrente	7.857.986	5.716.211
Imposto diferido	-6.160.455	1.210.774
	1.697.531	6.926.985

O grupo está a beneficiar até 2008 e 2013, respectivamente de uma dedução à colecta no âmbito dos benefícios fiscais contratuais relativos ao investimento no Forno AV5 e ao investimento na Fábrica da Marinha Grande. No exercício de 2005, foi reconhecida uma dedução à colecta no valor de 1.988.116 euros.

29. Obrigação com Pensões de Reforma

A BA Vidro, SA tem uma responsabilidade com pensões de benefício definido para ex-funcionários e alguns actuais funcionários do grupo que foi apurada de acordo com o "Projected Unit Credit Method" utilizando os pressupostos actuariais e financeiros.

As responsabilidades por serviços passados e as responsabilidades perante pensionistas encontram-se totalmente cobertas por provisão específica (Nota 21).

Os estudos actuariais desenvolvidos por entidade independente, com referência à data de balanço, para efeitos de apuramento nessa data da responsabilidade acumulada, tiveram por base os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 1980
Taxa de crescimento salarial futura	3%
Taxa técnica actuarial	4%
Taxa de crescimento das pensões	0%

30. Número Médio de Pessoas

Em 31 de Dezembro de 2005, o número médio de colaboradores ao serviço das diversas empresas do grupo ascende a 1.062 (1.116 em 31 de Dezembro de 2004).

31. Partes Relacionadas

Para além dos saldos e transacções com as empresas incluídas no perímetro de consolidação referidas na Nota 4, que foram anulados no processo de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, existem outros saldos e transacções com partes relacionadas como segue:

Entidade	Natureza da Transacção	Montante da Transacção	Saldo da Transacção
Fim do Dia, SGPS, SA	Operação de tesouraria (Nota 15)	1.000.000	372.918
	Crédito não corrente (Nota 11)	74.915.000	74.915.000
	Prestações Acessórias (Nota 19)	34.559.363	34.559.363
Sonae Capital, SGPS, SA	Financiamento (Nota 23)	18.000.000	18.000.000
	Prestações Acessórias (Nota 19)	10.922.728	10.922.728
Atanagoras, SGPS, SA		139.397.091	138.770.009

32. Matérias Ambientais

O grupo, no âmbito do desenvolvimento da sua actividade, incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Licenças de Emissão de CO₂

No âmbito do Protocolo de Kyoto, a União Europeia comprometeu-se a reduzir a emissão de gases com efeito de estufa. Neste contexto, foi emitida uma Directiva Comunitária que prevê a comercialização das chamadas “Licenças de emissão de CO₂”, entretanto transposta para a legislação portuguesa e que é aplicável, a partir de 1 de Janeiro de 2005, entre outras, à indústria do vidro.

Em 2005, foi efectuada a distribuição pelo Governo Português das “Licenças de emissão de CO₂” às diversas empresas portuguesas abrangidas, tendo sido atribuídas, a título gratuito, as licenças para a emissão de 321.281 toneladas de CO₂ ao grupo para o ano de 2005. Caso as emissões reais sejam superiores às “Licenças de emissão de CO₂” atribuídas, o grupo terá de adquirir as licenças em falta no mercado.

A entrega das “Licenças de emissão de CO₂”, correspondente às emissões reais realizadas num exercício, é efectuada no início do ano seguinte, estando os valores apresentados pelas empresas relativos às emissões reais sujeitos a certificação por uma entidade independente.

No exercício de 2005 as emissões realizadas de CO₂ pelo grupo são estimadas em 297.045 toneladas. Assim, não se estimam encargos significativos para o grupo no exercício de 2005 em consequência da entrada em vigor desta legislação uma vez que as previsões de utilização ficam abaixo das licenças atribuídas.

O grupo registou como um activo intangível as licenças não utilizadas valoradas à cotação a 31 de Dezembro de 2005 no mercado de licenças de emissão (Powernext Carbon).

	Portugal	Espanha	Grupo
Quotas atribuídas	165.400	155.881	321.281
Emissões	153.280	143.765	297.045
Saldo	12.120	12.116	24.236
Valor de mercado	21,19	21,19	–
	256.823	256.738	513.561

Gastos de Reconstrução Ambientais

A empresa Minas de Valdecastillo, SAU tem uma responsabilidade legal e construtiva para a reposição dos terrenos afectos à exploração estimada em 251.253 euros (Nota 21)

33. Compromissos e Contingências

Garantias

À data de 31 de Dezembro de 2005 o grupo mantém garantias bancárias a favor de terceiros no montante de 30.141.692 onde se inclui uma garantia para o financiamento do BEI.

Contingências

A empresa BA Vidrio foi alvo, durante o exercício de 2001, de uma inspecção fiscal sobre o IVA deduzido do ano de 2000 relacionado com o imposto suportado nas aquisições de bens subvencionados pelo Estado. Como resultado dessa inspecção foi emitida uma discordância pela dedução do imposto por parte da administração fiscal.

Em virtude da opinião favorável à BA Vidrio emitida pelo Tribunal das Comunidades Europeias na situação em questão, aguarda-se que a decisão do Tribunal Económico Central de Espanha decida favoravelmente à empresa cumprindo a legislação comunitária.

A regularização desta situação fiscal levou-se a cabo nos exercícios de 2000 e 2001 reconhecendo como dívida ao Estado o IVA deduzido nos investimentos subvencionados, independentemente dos recursos posteriormente interpostos.

34. Eventos Subsequentes

Após 31 de Dezembro de 2005 não se verificaram factos relevantes que possam afectar materialmente as demonstrações financeiras.

35. Impactos nas Demonstrações Financeiras Resultantes da Transição para o Normativo IFRS

	31.12.2004 › POC	Efeitos da Transição para IFRS	31.12.2004 › IFRS
Activo			
Activo Não Corrente			
Goodwill	41.376.434	4.728.735	46.105.169
Activos intangíveis	63.915	-63.915	-
Activos tangíveis	127.767.232	-	127.767.232
Investimentos financeiros	852.172	699.705	1.551.877
Activos financeiros disponíveis para venda	3.006.158	2.148.425	5.154.583
Propriedades de investimento	-	-	-
Activos por impostos diferidos	4.263.508	-	4.263.508
	177.329.418	7.512.950	184.842.368
Activo Corrente			
Existências	29.150.418	-997.261	28.153.158
Clientes	41.566.919	-	41.566.919
Outras dívidas de terceiros	686.279	-128.754	557.526
Outros activos correntes	609.986	-	609.986
Caixa e equivalentes de caixa	3.178.934	115.025	3.293.960
	75.192.537	-1.010.989	74.181.548
Total do Activo	252.521.955	6.501.961	259.023.916
Capital Próprio e Passivo			
Capital	50.000	-	50.000
Reservas e resultados retidos	53.178.179	2.033.977	55.212.156
Resultado líquido do exercício	16.202.514	4.772.829	20.975.342
Total do capital próprio	69.430.693	6.806.806	76.237.499
Passivo Não Corrente			
Empréstimos bancários	68.564.838	-	68.564.838
Provisões / Ajustamentos por perdas de imparidade	7.840.600	-997.261	6.843.340
Passivos por impostos diferidos	350.541	814.705	1.165.246
	76.755.979	-182.556	76.573.424
Passivo Corrente			
Empréstimos bancários	59.831.383	-	59.831.383
Fornecedores	24.642.215	-	24.642.215
Outras dívidas a terceiros	6.658.561	-122.289	6.536.272
Outros passivos correntes	15.203.124	-	15.203.124
	106.335.283	-122.289	106.212.994
Total do Passivo e Capital Próprio	252.521.955	6.501.961	259.023.916

	31.12.2004 › POC	Efeitos da Transição para IFRS	31.12.2004 › IFRS
Proveitos Operacionais			
Vendas e prestação de serviços	192.007.300	-1.128.198	190.879.101
Variação da produção	-9.449.984	–	-9.449.984
Outros proveitos operacionais	64.682	3.483.625	3.548.307
Reversão de ajustamentos	–	–	–
	182.621.998	2.355.427	184.977.425
Custos Operacionais			
Mercadorias e matérias consumidas	55.413.236	–	55.413.236
Fornecimentos e serviços externos	37.264.112	–	37.264.112
Custos com o pessoal	33.814.875	1.034.487	34.849.362
Amortizações	27.101.346	-4.774.933	22.326.413
Provisões	46.001	1.950.000	1.996.001
Outros custos operacionais	383.406	145.124	528.530
	154.022.976	-1.645.322	152.377.654
Resultado Operacional (EBIT)	28.599.022	4.000.749	32.599.771
Cash Flow Operacional (EBITDA)	55.746.369	1.175.816	56.922.185
Resultados Financeiros	-4.697.443	–	-4.697.443
Resultados Extraordinários	-129.976	129.976	–
Resultados Antes de Impostos	23.771.603	4.130.725	27.902.327
Imposto sobre o Rendimento do exercício	7.569.089	-642.104	6.926.985
Resultado Líquido do Exercício	16.202.514	4.772.829	20.975.342
Interesses minoritários	–	–	–
Resultado Consolidado Líquido do Exercício	16.202.514	4.772.829	20.975.342

O Técnico Oficial de Contas

Alberto de Sousa Araújo Soares

A Administração,

Carlos António Rocha Moreira da Silva – Presidente

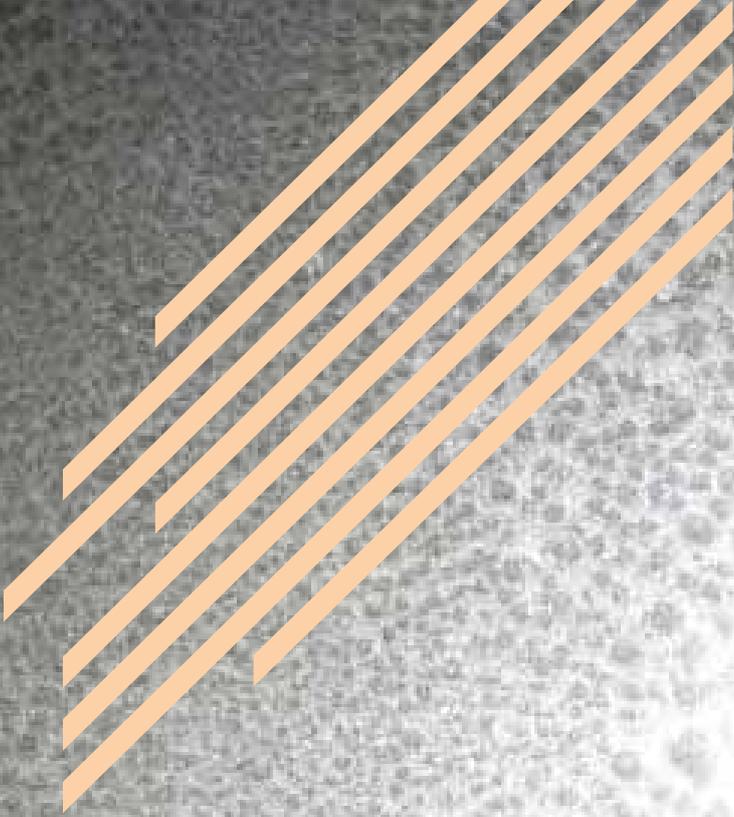
Jorge Alexandre Tavares Ferreira

Francisco José M. M. Silva Domingues

José Pedro de Araújo Lopes

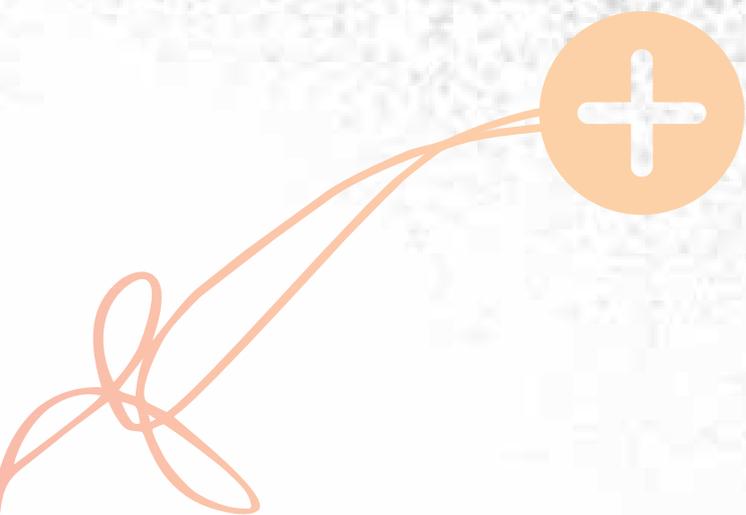
Mário Pereira Pinto





Certificação Legal das Contas Consolidadas
Relatório e Parecer do Fiscal Único





Certificação Legal das Contas

BA Glass I
Serviços de Gestão e Investimentos, SA

>>>



Ernst & Young Audit & Associados-SROC, S.A. Tel: (351) 226 002 015
Eiffício Scala Fax: (351) 226 000 004
Rua de Vilar, 235-3.º Esc.
4050-520 Porto
Portugal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **BA GLASS I – SERVIÇOS DE GESTÃO E INVESTIMENTOS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de balanço de 360.136.095 Euros e um total de capital próprio de 122.064.457 Euros, incluindo um resultado líquido de 28.995.273 Euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

Sociedade Anónima, C. R. Comercial de Lisboa – matrícula n.º 11137
Inscrita no 1.º T.º na Classe dos Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 9311 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Capital social: 500 000 000 € – Capital Social 750 000 euros
Inscrição no Registo de Imposto de Selo: 1603-206 Lisboa

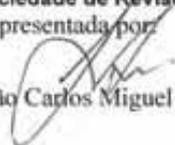
- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de **BA GLASS I – SERVIÇOS DE GESTÃO E INVESTIMENTOS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Porto, 26 de Janeiro de 2006

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por


João Carlos Miguel Alves (ROC Nº 896)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, compete-nos emitir o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar o parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da **BA GLASS I – SERVIÇOS DE GESTÃO E INVESTIMENTOS, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

Ao longo do exercício acompanhámos com periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da Sociedade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística não tendo tomado conhecimento de qualquer violação à lei ou contrato de sociedade.

Nesta mesma data emitimos a Certificação Legal das Contas Consolidadas. Nos termos da lei emitimos ainda o relatório anual sobre a actividade fiscalizadora que endereçámos ao Conselho de Administração.

No âmbito das nossas funções verificámos:

- a) que o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos foram preparados de acordo com as disposições legais;
- b) a adequação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados, os quais se encontram adequadamente expressos nas notas às Contas;
- c) que o Relatório Consolidado de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Grupo evidenciando os aspectos mais significativos.

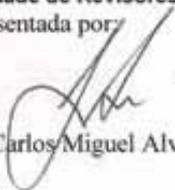
Face às informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços, somos de parecer que:

- a) Aproveis o Relatório consolidado de gestão; e
- b) Aproveis as Demonstrações financeiras consolidadas.

Porto, 26 de Janeiro de 2006

O FISCAL ÚNICO

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:


João Carlos Miguel Alves (ROC Nº 896)

Keeping **Emotions** with Ideas



Mais com Menos
Relatório de Gestão e Contas 2005

